

JONUEL GONÇALVES

**BRASIL NA CRIOLIDADE
e anotações afribrasileiras**

Panguila – Niterói – 2024

Tema do texto: Criação e desenvolvimento de novas culturas. Caso Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP,
Brasil)

Gonçalves, Jonuel

Brasil na crioulidade [livro eletrônico] : e anotações afribrasileiras / Jonuel Gonçalves. -- Niterói,
RJ : Panguila Niterói, 2024.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-85-93053-05-4

1. África - Cultura 2. América - Cultura

3. Brasil - Cultura 4. Brasil - Relações - África

5. Revoltas - Aspectos sociais I. Título.

24-207636

CDD-306.0899608107

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil e África : Estudos de relações etnorraciais :
Sociologia 306.0899608107

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

O autor é doutor em Ciências pela UFRRJ (2003), pós doutorado pelo Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (2017). Professor convidado no MBA FGV/ECEME desde 2017, pesquisador associado senior no Núcleo de Estudos Avançados do INEST/UFF, desde 2022, conduzindo projeto sobre Guerras Econômicas do século XXI e efeitos no Brasil.

jogo34@gmail.com

Sumário

6 BRASIL NA CRIOLIDADE

7 Apresentação geral

16 Porquê plantar cana no Brasil?

19 Novas elites e subversão cultural

24 A forma brasileira da língua

26 Espaço público e linhas de pobreza

30 Bibliografia

31 O modelo de independência 7 de setembro

36 De Leopoldina à noite das garrafadas

43 Cíveis e militares perante as prioridades

47 As revoltas apanham sempre as elites de surpresa

58 Economia sob gargalos internos e choques externos

68 Resumo do trajeto

71 Bibliografia

72 ANOTAÇÕES AFRIBRASILEIRAS

73 Nos muitos caminhos cruzados Brasil e Angola

73 Sobre Salim e Cartas d'África

79 Sobre o MABLA

83 Bibliografia

84 Conversas com Senghor e Mandela

89 Algumas das perguntas a Senghor e suas respostas

93 Comentários hoje

98 Algumas das perguntas e respostas de Mandela

101 Comentários hoje

104 Mídia brasileira e África

109 Fanon, máscaras e prioridades

114 A África construída pelo cinema

118 Mudam as “raças” não muda o racismo

122 Raça sexo e cultura nos conflitos coloniais

127 O fator América Latina e Caribe

130 Ultra direita como forma de protesto?

132 Ameaças sobre a Amazônia

**137 O Brasil é um país com inovação muito
abaixo do seu potencial**

BRASIL NA CRIOLIDADE

Apresentação Geral

As definições de crioulidade apresentam algumas diferenças, consoante o país ou território, porém, como sucede com todas as diferenças culturais, têm diminuído ao longo da História. Fixar exatamente quando, neste caso, a História começou é quase impossível. Á partida referia qualquer pessoa nascida em territórios sob colonização, descendente de pessoas procedentes de outros continentes – migrantes voluntários ou escravizados – e mestiços. O local de nascimento pode ter sido a primeira faísca contra os colonizadores europeus. Ao longo dos séculos foi dando lugar a contornos culturais produzidos pelas muitas faíscas surgidas no colonialismo, ou seja, é uma área cultural resultante de confronto com os poderes coloniais, mantendo-se e desenvolvendo-se em vários territórios após a queda desses poderes.

Nestes termos, a crioulidade é um resultado cultural em permanente construção, marcada por contribuições assumidas de várias continentes, incluindo ferramentas de luta. Pela óbvia influência no seu desenrolar e efeitos, é indispensável inserir as bases e impactos económicos nas trajetórias crioulas, na medida em que determinam largos trechos dessas trajetórias.

É capital entender que a criouldade, desde os primeiros passos históricos até hoje, se apropria e junta o que surge como mais útil à sua existência. Em termos materiais sinaliza utilitarismo de valor existencial.

Se passarmos das definições gerais aos indicadores, temos três interligados:

- a resistência político-cultural, as desigualdades sociais e a busca de meios eficazes para existir.

Roger Orlu, em artigo no “Temoignages”, da ilha da Reunião (26/08/2011), após mencionar que “não se pode separar o combate por uma sociedade justa do combate pela valorização das riquezas culturais dos povos”, acrescenta, a propósito do livro “Que UNESCO para o futuro”, editado por essa agência da ONU: “Nesta obra, Pierre Sané, sub-diretor geral do setor, sublinha especialmente a importância das afirmações do sociólogo cameronês Achille Mbembe, interrogando-se sobre se a luta pela justiça e a paz não deve inscrever-se no ‘projeto de humanidade que virá’, de uma ‘criouldade da humanidade’”.

A criouldade produziu e foi produzida por uma sequência de relações que permite a Edouard Glissant assinalar seu movimento constante, ou seja, a criouldização, inclusive fora dos continentes submetidos ao regime colonial, onde se encontram comunidades de vários continentes, contexto inevitável de relação.

Vale sublinhar que é objeto de artigos ou referências vulgarizadas em órgãos de mídia, sites e internet ou menções em conferências ou seminários, significando, portanto, tratar-se de “fenômeno” ultrapassando muito os limites acadêmicos, históricos ou de localizações, com duas vertentes:

- tem sido resultado mais de choques que de diálogos, atravessando fases de grande repressão colonial e enfrentando atualmente hostilidade dos defensores das culturas racializadas. Ainda assim, conseguiu ampliar a margem de diálogo graças à democratização política em grande parte do mundo. Um exemplo flagrante é a África do Sul, país marcado pelo apartheid e seus antecedentes, país da maior comunidade mestiça da África – mais de quatro milhões de pessoas – onde prosseguem campanhas antirracistas com fortes ondas culturais. Outro exemplo é o Brasil.

- o surgimento de línguas crioulas e o formidável crescimento da mestiçagem favorecem a crioulição mas não significam a mesma coisa, ou seja, há crioulos sem língua crioula e há crioulos de todas as “raças”.

Os perfis da vulgarização são bastantes e aparecem, como exemplo, em um texto de Wikipedia sobre a Louisiana, assinalando que “esta neutralidade racial persiste nos dias de hoje, pois muitos crioulos não usam a raça como fator de serem parte de uma etno-cultura”. A “neutralidade racial” referida parece corresponder com mais correção à expressão “não-racial”, na

linguagem de luta anti-apartheid e anti-colonialismo na África Austral. Por outro lado, a criouldade não é uma “etno-cultura”, é um processo cultural em curso em diferentes partes do mundo.

No entanto, referências generalizadas, ainda que defeituosas, significam não se tratar de gueto. É assim também com o filme de finais dos anos 1950 “King Creole” com Elvis Presley e muito rock, ritmo altamente crioulo pela soma de instrumentos musicais de várias origens, pela trajetória que lhe deu origem e pela multicolor dos intérpretes.

É reivindicada, com fortes motivos, por muitos autores e pesquisadores, como primeira globalização cultural, atitude que em 2021, levou Rachel Khan a escrever “somos todos crioulos” (Khan:2021), afirmação simbólica de proximidades e aproximações humanas – mesmo quando regimes de separação ou supremacia se instalaram – é rejeitada pelos defensores/defensoras da raça ou etnia como base da cultura e da nacionalidade, em todos os continentes. Realidade que relativiza o alcance mundial da frase de Khan, porém, é válida para países como o Brasil.

A cantora sul-africana de grande repercussão no seu país, Tyla, afirmou orgulhosamente em vídeo “venho de um grande número de culturas”, causando escândalo nos Estados Unidos ao fazer referência à expressão “coloured”, oficialmente usada na África do Sul para

designar pessoas de “mixed race”, confundida nos EUA com “colored”.

Durante algum tempo, preferi usar a ortografia “creolidade” para evitar mal-entendidos com a palavra “crioulo”, que no Brasil tem conotação racial, mas diversas leituras e debates me conduziram ao uso de “crioulidade”, precisamente para lhe retirar a racialização, tanto mais que tal conotação não existe nos dois países de língua portuguesa - Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - onde a criouidade é oficialmente reconhecida.

Porém, fica em aberto a possibilidade das duas ortografias, como acontece em Cabo Verde.

Para as Américas – incluindo Brasil – a definição de base permanece no “Elogio da Crioulidade (Bernabé et allia: 1993, aqui na versão brasileira):

“Nem Europeus, nem Africanos, nem Asiáticos, nos proclamamos Crioulos. Isto será para nós uma atitude interior, melhor: uma vigilância, ou melhor ainda, um tipo de envelope mental no meio do qual se edificará nosso mundo.”

A expressão afribrasileira procura traduzir em português o processo de diálogo entre os dois lados do Atlântico Sul, no qual tenho estado envolvido por força dos combates anticoloniais e antirracistas que, em definitivo, correspondem a Campanhas pelos direitos

humanos, “diferença entre a sociedade humana e o jardim zoológico”, como dizia o ex Presidente do Congo (Brazzaville), Pascal Lissouba.

A metodologia ensaísta é intencional. Vai no sentido de compreensão abrangente, evitando poluições do texto com exhibições de erudição ou esquemas incômodos de referências. Assim, nos textos maiores, a bibliografia, por ser mais extensa, está no final dos mesmos. Nas anotações, a bibliografia usada é menor, estando detalhada no próprio texto.

Destas anotações, a primeira resulta de comunicação em seminário na UNEB (Salvador, 2014), as demais foram publicadas no Blog do Jonuel e outras plataformas on line, como “Leiamaisba”, “Público” e “Diário de Notícias”. Em todos os casos foram atualizadas para este livro.

O Brasil é uma criouliização não reconhecida a nível dos poderes político-culturais e com escassa referência nos meios intelectuais, mesmo estudiosos das componentes e pluralidades da cultura brasileira, incluindo antirracistas.

O detalhe importante da criouliização no Brasil decorre naturalmente de sua gigantesca dimensão, mas o conceito nunca foi tido em conta nas declarações “oficiais”, quer políticas ou intelectuais. Podemos, porém, citar referências à expressão em estudos dispersos, a propósito de contextos ou personalidades.

O texto “Jorge Amado em Diálogo” (Oliveira e Souza: 2.000) assinala na apresentação: “Jorge Amado revelou as contradições de uma Bahia, no século XX, já completamente criouliizada, mas reticente em aceitar o impuro decorrente de quatro séculos de colonização. Ele mostrou a força de terceiras culturas, em enlaçamentos primordiais para a formação de comunidades novas que foram ganhando poder de expressão na segunda metade do século. Ele revelou como a Bahia preservou tradições culturais de tantos povos, e sobretudo dos escravos que construíram toda uma fortuna artística nessas novas terras (...) Afinal, de acordo com o slogan oficial do turismo da Bahia: *Todo brasileiro é um baiano também.*”

A localização socio-geográfica, em qualquer análise relacionando cultura e economia, é importante sobre seus pontos de partida e o trajeto posterior. É relevante a referência à Bahia, primeiro ponto de contato europeus-povos do futuro Brasil e primeiro ponto de confrontos também. Os resultados e as resposta locais prosseguiram constantes até hoje.

A este primeiro “ponto” serão adicionados, na cadência histórica brasileira, Recife, Rio de Janeiro, São Luiz e São Paulo, todos com forte poder de irradiação.

Nestes termos, a menção a Jorge Amado tem menos importância que a referência socio-geográfica, embora ele tenha afirmado explicitamente sua mestiçagem.

Outros nomes conhecidos ou movimentos não consideraram necessário explicitar em texto essa

mestiçagem, mas estavam em condição idêntica, fosse em termos biológicos ou culturais ou ambos: desde Machado de Assis a Nilo Peçanha, Darcy Ribeiro, Milton Santos, João Ubaldo Ribeiro, etc., ao cinema novo e seus efeitos diretos posteriores, a todos os ritmos musicais nacionais e grande parte dos novos e atuais escritores ou pesquisadores que, sem usarem explicitamente a noção de criouldade ou criouliização, aplicam-na implicitamente, focando contradições socio-econômicas e expressões culturais da esmagadora maioria da população.

O não reconhecimento e fraco nível de referências à criouliização no Brasil, decorre da poderosa inibição imposta pelas elites brasileiras ao racializar a palavra “crioulo”, aplicada aos escravos nascidos no Brasil e extensiva, em tom pejorativo, a todos os negros quando o racismo ocupou o espaço de poder e cidadania herdado da escravatura.

Parte da política colonial, esta imposição foi mantida – como muita coisa mais – após o Sete de setembro 1822, tendo construído estereótipos de muita força e, mais recentemente, estereótipo passou a fazer parte de algo fragmentador chamado “identidade”, reforço daquela inibição. Se o slogan do turismo baiano tem sentido, por outro lado, a prática revelou um desses estereótipos, por exemplo, em relação ao sotaque baiano, em diversos círculos elitistas.

Foi na Bahia que Pero Vaz de Caminha viu uma pequena parcela do que seria o Brasil geográfico, mas como podia ele saber que nesta terra em se plantando tudo

dá? Ele mal saiu da praia quando aqui esteve há mais de 500 anos e nem sabia onde estava, pois toda aquela armada pensou ter chegado em uma ilha e, apesar de verem ali muita gente, se proclamaram descobridores do local. Sobre plantar e colher, foi palpite e acertou. Cinco séculos depois o Brasil é uma das maiores potências agro-alimentares do planeta.

Já Gilberto Freyre, no meio do século XX, dispendo de amplos meios de observação e análise, errou quando previu que o Brasil ia se tornar “democracia racial”. Desde logo o erro é que não há “democracia racial”, só é democracia se for não racial, quer dizer, para todos. Na verdade, “democracia racial” era o apartheid, regime beneficiando os brancos com eleições, liberdade de movimentos e oportunidades racializadas.

A ignorância de Caminha, sobre quem descobriu esta terra, era generalizada. Por um lado, decidiram que descobridor só podia ser europeu, por outro, erravam nas designações. Colombo no Caribe pensou ter chegado à Índia e, sem hesitar nem perguntar, chamou os habitantes de “índios” que durante séculos fingiam não ligar, mas agora ligam. Mais tarde, se enganaram de novo confundindo a baía de Guanabara com a foz de um rio e, quando chegaram à foz do rio Congo, não fizeram como Colombo, perguntaram às pessoas da margem, mesmo assim erraram. Na tradução.

O primeiro europeu fixado no atual território brasileiro foi um condenado português abandonado na região de Porto Seguro, castigo muito praticado pela monarquia portuguesa de então. Alguém lhe deu o nome de

Caramurú, ligou-se afetivamente a uma mulher indígena, tendo-se construído uma história ainda com insuficiência de conhecimento histórico, mas é importante aqui referir tratar-se de relação iniciada sem coação – como aconteceria nas futuras plantações escravistas – pois seu isolamento e sua dependência da comunidade local impediam coação, mesmo se quisesse. Em termos de relacionamento equilibrado entre grupos humanos de distintas origens no Brasil, sua existência é mais importante que Cabral e Caminha.

A propósito dessas “descobertas”, quem ouviu há meio século o moçambicano Honwana, declarar “chateia-me quando dizem que fui descoberto”, sabe que o engano é propositado porque insistem nele e não fazem diferença entre descobrir uma terra e estabelecer uma rota marítima e comercial. Abrir rotas entre continentes, deve ser motivo de orgulho para quem abre, sem exagerar na classificação.

Porquê plantar cana no Brasil?

Quanto à mencionada foz de rio africano e vizinhanças, rapidamente se transformou em ponto estratégico na formação do Brasil, num volume largamente acima dos palpites iniciais, sendo até hoje pertinente a dúvida levantada no livro de Eduardo Correia Lopes, com primeira edição em 1944, (Lopes: reedição s/d) que Gilberto Freyre não leu ou preferiu não dar importância. Editado em Portugal, então sob ditadura de um amigo de

Freyre, deixou a interrogação sobre capturarem massivamente negros africanos para plantar cana de açúcar no Brasil e não a plantarem então na própria África, sendo semelhantes as condições naturais.

Fosse porque fosse, depressa o Brasil se encheu de plantações de cana e o litoral de Angola de portos para exportar escravos. Eram várias as rotas que o mercantilismo abriu entre o Atlântico africano e as Américas, mas uma delas, dos portos angolanos aos brasileiros, ultrapassou sozinha 30% do total traficado e, em breve, os resultados acirraram as lutas entre europeus.

A conquista holandesa das plantações pernambucanas levou os mesmos holandeses a conquistar os maiores portos angolanos, com suas adjacências fornecedoras de escravos, obtendo ainda enorme vantagem político-econômica com a decisiva cooperação da rainha Njinga, remunerando melhor e respeitando mais seu poder que os portugueses, com quem ela tinha (e voltaria a ter) constantes choques. Porém, em Pernambuco, Mauricio de Nassau e sua poderosa empresa, enfrentavam uma guerra com os colonos portugueses, ambos os lados mobilizando forças locais, quer de povos originais quer de africanos ou descendentes.

Poderosa logística instalada na Bahia, onde se manteve a dominação portuguesa, abasteceu a atividade militar anti-holandesa, em paralelo com as negociações na Europa, descritas por Evandro Cabral de Mello, (:2011) pelas quais Portugal transferiu ouro para as contas dos

Países Baixos, uma conjugação facilitadora do restabelecimento português em Pernambuco.

A narrativa oficial apresentou a resistência como sendo multirracial, porém, olhando as funções pós guerra, as diferenças eram monumentais.

João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, brancos, assumiram altas funções governativas e no tráfico, primeiro no Brasil, em seguida em Angola, na sequência da reimplantação lusa.

Do indígena Filipe Camarão quase nunca mais se falou e o negro Henrique Dias foi nomeado “governador dos pretos”, ou seja, um cargo fachada de negro para negros, sem poder sobre o sistema.

É bom lembrar, para evitar repetição do modelo em campanhas ou medidas antirracistas do século XXI, onde, no seio de vários poderes à escala internacional, existe a tendência de atribuir cargos desprovidos de poder, meramente simbólicos, a pessoas de segmentos historicamente desfavorecidos ou “diferenciados”.

O escritor angolano José Eduardo Agualusa designou essa tendência – em troca de ideias comigo – como “bantustões ministeriais”. Em debate numa plataforma de São Paulo (Amsur: 2024) referi ser preferível a criação de estruturas coordenadas antirracistas em todos os órgãos de poder, ideia que não suscitou rejeição dos demais participantes, nem anula a necessidade de composições não raciais, a todos os níveis de poder.

Sobre o desenrolar da escravatura, além dos poderosos números, há a inevitável comparação com o Haiti e porque a revolta nesse país caribenho também não ocorreu aqui, país de escravatura mais antiga, escravizados em muito maior número, os primeiros quilombos brasileiros precederam os equivalentes refúgios cimarrons do Caribe e, sobretudo, desde finais do século XVII, a existência de importante população urbana brasileira de escravizados e ex escravizados, portanto, possuidora de mais margem de movimentos e contatos, detentora de informações políticas, geográficas e técnicas taticamente indispensáveis ao desencadear de revoltas, mesmo em condições adversas ou assimétricas. E se não ocorreu no mesmo momento ou antes, porque continuou não ocorrendo depois da independência.

Novas elites e subversão cultural

No fim dessas contas, seria o regime pós Guararapes que prevaleceria no Sete de Setembro, de tal forma que a economia do Brasil só se descolonizou a partir da década de 1930 e a sociedade mantém traços de colonialidade até hoje. O poder do atraso e a História lenta são muito fortes, como se vê nas obras de José Sousa Martins. Se forem lidas em companhia dos textos de Frantz Fanon, ajudam a entender por que hoje estamos nesta fase, quer dizer, parados na frase

tornada célebre desde há décadas por Stefan Zweig - país do futuro – aliás, implícita desde há pelo menos dois séculos em outras afirmações, nacionais ou exteriores.

O século XVIII irradiou efeitos formadores do Brasil a dois níveis: a economia extrativista com trabalho escravo ganhou em extensão e atos de resistência aumentaram, criando ambiente geral de revolta nas décadas finais.

Assim, o cultivo da cana de açúcar alastrou para regiões a sul dos focos iniciais e ouro foi extraído até à exaustão em Minas Gerais. Paralelamente, as primeiras e elementares reflexões – ou reflexos instintivos iniciadores de qualquer protesto - sobre o sistema colonial como forma de opressão, tiveram lugar em círculos urbanos clandestinos ou semi-clandestinos, de pessoas cujos perfis eram designados como crioulos em outros pontos das Américas e Caribe.

De forma mais ostensiva, difundiu-se o movimento quilombo, palavra trazida de Angola, onde significava acampamento ou ponto de localização temporário. No Brasil ganhou significado de refúgio, fuga à escravatura, em alguns casos com resistência. Palmares é o exemplo mais citado, porém, para este ensaio, ganha relevo a insurreição de duas décadas comandada por Tereza de Benguela, vendida nessa região angolana para o Pantanal. Após a morte do marido, Tereza assumiu o comando do quilombo com três características centrais: usou arma de fogo, o quilombo era habitado por negros e povos originários (ou ameríndios) e deu lugar a produção de

autossustentância com excedentes vendidos a comerciantes das vizinhanças, promovendo uma logística civil autônoma e entrando em contato com pessoas de outros grupos raciais ou, muito provavelmente, interracializados.

A busca de armamento de melhor desempenho, não apenas improvisado e menor alcance, traduz vontade de revidar eficazmente, infligindo baixas ao inimigo, condição das bases insurrecionais ativas, ao mesmo tempo que a composição dos habitantes e contatos extra-comunitários significava visão não racializada de um combate onde o preço a pagar seria alto.

Já décadas antes, um caso no interior do atual Estado do Rio Janeiro, chamou a atenção para coabitação entre ameríndios e negros. Os “sete capitães” recompensados pelo poder com atribuição de terras, ao fazerem missão exploratória nas mesmas, encontraram um negro forro vivendo em comunidade de povos originais. A região tem até hoje o nome do local de nascimento desse negro – Quissamã, derivado de Quissama, nas margens do rio Kwanza, Angola.

Após vários anos de confrontos, o regime colonial lançou ofensivas reforçadas ao quilombo de Tereza de Benguela (em grande dificuldade na montagem de logística militar adequada), acabando por derrotá-la. As condições que conduziram à sua morte não puderam até aqui ser estabelecidas, havendo convergência entre os historiadores ou cronistas que estudaram os escassos documentos escritos sobre essa rebelião, de que sua cabeça foi cortada e exibida no local.

Reflexões recentes de historiadoras brasileiras – por exemplo, Cryslyne Alfagali e Bianca Novais Cambruzzi – sublinham a importância desta personalidade e deste quilombo na construção da História do Brasil.

No âmbito dos exemplos individuais – “lobos solitários ou lobas solitárias” - sempre numerosos e taticamente influentes em situações de opressão, ficaram ecos de configuração geral da época no Brasil e Angola, através da história de Pascoa Vieira, por ter sido objeto de estudo com base documental escrita (L’Estoile: 2020). Enfrentou acusação de bigamia na Inquisição ao longo de sete anos, terminando desterrada no sul de Portugal, apesar de sua enérgica defesa ter demonstrado a falsidade da acusação. Escrava em Massangano (também margens do rio Kwanza, Angola) enviada para Salvador como punição por não conformismo com um casamento fictício – prática comum em partes do clero sobre escravos católicos, após publicação de Bula Papal que garantia a escravos casados o direito a viverem juntos, mesmo que os donos fossem diferentes.

O processo revela diversos dados cruciais da escravatura na Bahia e as divisões no clero católico entre a legitimação ou silêncio cúmplice (decorrente de escravização em congregações religiosas), medo à Inquisição e aqueles que apoiaram Páscoa. Mesma divisão existente em outros segmentos da sociedade – na qual repercutiam fortemente os diversos comportamentos do clero - comprovando existirem correntes anti-escravatura entre a “população livre” - *de*

facto quilombos de não escravizados, no sentido simbólico.

Correntes existentes em toda a humanidade desde a imposição de qualquer regime escravista, em qualquer época.

A vertente religiosa é relevante pelo impacto conjunto do cristianismo e religiões trazidas da África, com rápidos sincretismos, em certos casos confundíveis com manifestações culturais. Relutâncias iniciais em áreas católicas acabaram sendo vencidas e o influente catolicismo brasileiro aceitou rituais de origem africana, constantemente renovados com aportes locais, até porque a mestiçagem no clero aumentava na proporção verificada na demografia.

Simultaneamente, cultos autônomos com traços de sincretismo, surgiram em vários pontos do território e existem até hoje. Portanto, brecha considerável num dos eixos do poder. Esta existência tem sido hostilizada por seitas religiosas, de surgimento mais recente no país, constantemente derrotadas nesse ponto.

Assim, temos um quadro de lutas em terrenos múltiplos, parcela maior no lançamento do perfil cultural brasileiro e sua consolidação até hoje.

Logo na geração seguinte ao começo da colonização europeia, já se subvertia a língua do colonizador e se criavam bases culturais de produção local. Primeiro, como prolongamento de tradições trazidas da África e da Europa e auto-defesa das normas de vida pelos

povos originais. Em seguida, com introdução de novos elementos nessas tradições e estilos, uns influenciando os outros pela base. Em todos os momentos, essa extensão e produção local de cultura se fazia contra as elites, correias de transmissão local do poder colonial, daí várias criações populares serem disfarçadas ou mesmo avançando em segredo.

A forma da língua portuguesa no Brasil é reflexo desta crioulização. O escritor haitiano René Depestre assinalou já na década de 1970 a crioulidade sem língua crioula, pela dificuldade, em alguns pontos do mundo colonizado, na subversão da língua do colonizador.

O Brasil subverteu sem mudar a designação linguística, pelo menos até aqui.

A forma brasileira da língua

No Brasil, o português fala-se com açúcar, disse Eça de Queiroz, que viveu uns tempos no Rio de Janeiro. Eu acrescentaria “com café, cachaça, água de côco, sol e chuvas torrenciais”. O torrencial tem alto valor simbólico das torrentes e correntes, tanto libertadoras como opressoras e os choques entre ambas, propulsores da História.

Passou fronteiras e hoje dos 240 milhões de pessoas que têm o português como língua materna, 210 milhões são brasileiras.

A subversão da língua significa que o produto local não ficou pela imitação ou aceitação de normas e estilos vindos da origem ou do passado. Inseriu nova música na fala e novos roteiros na escrita, sabendo que excesso de eloquência vira ridículo e é pelas ruas, estradas, rios, festas, etc. que se fixam sons e sinais de comunicação geral.

É aqui que entra o sol, açúcar, café, água de côco e cachaça: cria palavras, muda palavras, determina gestos corporais, promove ritmos e segredos no ouvido. A mudança de palavras não é só comportamento brasileiro, é universal, inclusive na língua portuguesa. Brasil se pronuncia Brasiu, como em regiões de Portugal, vaca se pronuncia baca. A letra “l” no Brasil passa por diferenças entre fonética e ortografia.

Entra nisto o esporte, “maior movimento social do século”, conforme disse o ex Presidente do Comité Olímpico Internacional, Juan António Samarach, referindo-se ao século XX, cuja continuidade no XXI pode ser sublinhada sem risco de errar. Além da mobilização e paixão, é criador de linguagem. No Brasil, o Club de Regatas do Flamengo é um exemplo: em diversas situações, aparece na pronúncia criada de seu próprio nome – Framengo – ou cartazes de apoio como “Mengo tu é o maió”. Gritos da torcida usados sem consideração das “linhas de raça” nem se saber como começaram (nem ninguém na torcida se preocupar com isso). Porém, em oposição a esta criatividade, surgem expressões em várias torcidas, do tipo “jogar com

raça”, portanto, atribuindo a esta significado de vigor e determinação.

Há também a “guerra de sotaques”, uns ironizando com os outros, aspecto do qual o Brasil não está isento, mesmo entre regiões do país.

O português falado no Brasil deu lugar a uma formidável base cultural, talvez a maior realização deste país, responsável por mais de 40% da superfície sul-americana e ferramentas culturais mundialmente procuradas, como literatura, música, cinema e outras artes ou técnicas visuais.

A esta procura junta-se a migração de brasileiros para diversas partes do mundo como fator de difusão cultural, gerando sentimentos xenófobos em largos setores dos países onde se fixam, incluindo componentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enfraquecendo o alcance desta.

Toda a criouliidade tem enfrentado estes ataques ao longo da História.

Espaço público e linhas de pobreza

As elites brasileiras de hoje dão continuidade a elites de fases anteriores, controlando totalmente a política e a macroeconomia, mas abandonando gradualmente a luta no plano sociocultural, sobretudo nos períodos de

avanço democrático. Após terem obrigado os oprimidos a disfarçarem práticas e manifestações culturais de resistência, desde pelo menos começo do século XX quem disfarça são elas, com discurso sem efeito prático nos planos que controlam e desperdiçando os focos de contato que poderiam constituir rampas de lançamento para um país de todos e todas.

Na configuração do Brasil existente, esses focos valem muito, quer olhando de dentro da teoria sociológica dos espaços públicos, quer através de estatísticas recentes sobre fome. Aqui, a noção de contato pode ser inspirada pela linha de uma revista sul-africana (“Contact”) anti-apartheid dos anos de chumbo, mas também pode situar-se nas referências à noção de proximidades por Muniz Sodré.

Comparando com outros dois países de demografia multirracial, os grandes centros de decisão dos Estados Unidos e África do Sul integram em 2024 personalidades dos grupos historicamente oprimidos. Na África do Sul, essas personalidades são larga maioria, enquanto nos EUA o ministro de Defesa é Negro e a ministra dos Assuntos Internos é Ameríndia. No Brasil nada sequer parecido, apesar das dimensões do contato não racializado serem aqui muito mais altas em espaços públicos ou semi-públicos - tipo transporte coletivo, shows musicais, ruas de entretenimento ou sobrevivência, arquibancadas de estádios, centros sindicais, áreas internas de quarteis - que nos EUA e sobretudo na África do Sul.

As escolas públicas também, caso em que os norte-americanos e sul-africanos têm feito esforço para chegarem a resultados no Brasil reproduzidos pela própria estrutura social.

Josué de Castro, contemporâneo de Gilberto Freyre, via o país sob prisma muito diferente deste - o da “Geografia da Fome”. Na época em que viveu, a mais vulnerável das situações brasileiras já estava ocupada pela conjugação de gênero, raça e região, quer dizer, mulheres negras nordestinas. Pesquisa executada pela Vox Populi sobre insegurança alimentar, assinalava, entre final de 2021 e início de 2022, 33 milhões de brasileiros com fome, a algum nível de intensidade ou periodicidade, sendo 20% dos pretos, 17% dos colonialmente designados por “pardos” e 10% dos brancos. Percentuais sem dúvida aproximativos e assinalando o pior quadro nas famílias dirigidas por mulheres negras. As constantes notícias de subnutrição entre comunidades de povos originais, apontam obviamente para eles também.

Não se trata de fazer campeonato, todos estes percentuais são altos, mais altos ainda se passarmos aos números de cada grupo por extenso. Sem nenhuma ironia, é constatação de outro espaço de contato – o dos muito pobres.

Assim, temos ambiente de espaços públicos sem repercussão nos centros de decisão e altos percentuais de fome ou sub-nutrição, apesar do país ser potência no agro, prevista até por Caminha sem sair das

proximidades da praia em Porto Seguro há séculos. No agregado são dois fatores de mudança.

Nem é preciso ler Norbert Elias ou Manuel Castells para compreender a força que corre no contato de espaço público. Se superar os disfarces e vencer nos choques com outros interesses, é base maior de ataque às colonialidades persistentes, à cabeça das quais está o racismo. Por sua vez, a História, do Brasil ou do Mundo, não disfarça que a pressão dos pobres conduziu às grandes mudanças. O azimute, portanto, indica duas vertentes do mesmo desequilíbrio interligado, exigindo serem desconstruídas em simultâneo ou vão se perpetuar.

Bibliografia

Amsur (Instituto Sulamericano para a Cooperação e a gestão estratégica de políticas públicas) – Debate “questão racial e o futuro do Brasil” – 04.03.2024 – São Paulo

Bernabé, José; Chamoiseau, Patrick; Confiant, Raphael – “Eloge de la creolité” – ed. Gallimard – Paris 1993- (tradução em português na internet)

Khan, Rachel (2021) – “De Raça” – Guerra e Paz - Lisboa

L’Estoile, Charlotte de Castelnau – “Páscoa Vieira diante da Inquisição” -Bazar do Tempo - Rio de Janeiro -2020

Lopes, Eduardo Correia – “A escravatura – subsídios para a sua História” – 1ª edição Agência Geral das Colónias – Lisboa – 1944 (reimpressão pela editora Antígona – Lisboa - sem data)

Mello, Evandro Cabral de – “O negócio do Brasil” – Companhia das Letras _ São Paulo – 2011

Oliveira, Humberto Luiz L. de; Sousa, Lícia Soares (orgs.) – “Jorge Amado em Diálogo” – Ensaios – Universidade Federal de Feira de Santana (Ba) – 2000

O modelo de independência Sete de setembro

O sequestro da independência produziu-se no próprio dia 7 de setembro de 1822, data culminante da reação pela nobreza colonial ao movimento que, sob diversas correntes, atravessava a sociedade brasileira em termos semelhantes ao resto das Américas. Significou tomada do poder para, ao mesmo tempo, reagir à decisão do parlamento português em pôr fim à relativa autonomia brasileira e antecipar-se à forte possibilidade de independência republicana.

Por nobreza colonial entendemos o grupo dos mais ricos da colônia, mesmo sem formais títulos de nobreza, ligados diretamente ao poder estabelecido e com seus interesses assentes no território colonial. Uma parte era nascida no Brasil, outra composta de “reynóis”, ou seja, “metropolitanos” instalados. Tinham em comum serem brancos, defensores das estruturas de propriedade colonial, incluindo, portanto, a escravatura, opostos às ideias de democracia repercutidas pelas revoluções norte-americana e, sobretudo, francesa.

A nobreza colonial ambicionava títulos formais de nobreza, que conseguiria após o 7 de setembro de 1822.

Reivindicações explícitas de independência tinham, já naquela altura, várias décadas, além dos surtos de protesto localizado, tradutor de rejeição do sistema colonial e, em certos casos, do escravista.

O movimento de Ouro Preto – mal designado como Inconfidência Mineira – mais que precursor é, na verdade, uma resultante dessas reivindicações. Tal como nos Estados Unidos, foi lançado com base na luta contra a brutalidade dos impostos, destinados a reforçar o tesouro real português e que contribuíam fortemente para o atraso econômico brasileiro. Perante esse dado em si e seu significado dominador, os envolvidos no processo apontavam a república independente como solução.

O ponto fraco do movimento residiu na sua composição, ao incluir personalidades próximas da nobreza colonial e pouco convictas daqueles princípios. Parte do grupo, ligado afetivamente a Portugal, contentar-se-ia com uma reforma fiscal de abrandamento da “derrama” e era vulnerável a “sentimentos de culpa” no envolvimento em conspiração contra a coroa. Daí as “inconfidências” que levaram a polícia até ele e, em seguida, a delação que provocou o enforcamento de Tiradentes.

Pedro Doria (Doria:2012), expõe este quadro e permite constatar também alguns erros do próprio Tiradentes na condução do movimento, tanto a nível da mobilização, como no seu prolongado caráter informal e ausência de precauções nas conversas em público, condição primeira quando se age contra despotismos.

O alferes tinha reputação de republicano entre pessoas nada discretas.

A nobreza colonial, no entanto, via o surgimento de novos Tiradentes, sobretudo se fossem mais experientes na ação subversiva, com muita apreensão.

Ao mesmo tempo, as minorias dirigentes em todas as Américas, tinham outra razão de medo - a revolta haitiana - com motivos acrescidos no Brasil, onde o Rio de Janeiro tinha maioria populacional escrava ou recém liberta e, na Bahia, surgiu em 1798 um movimento de rebelião clandestino, estimulado tanto pela revolução francesa, como pelos acontecimentos haitianos e, sobretudo, composto na quase totalidade por pessoas de profissões artesanais – a “Conjuração Bahiana” ou “Revolta dos alfaiates”.

A brutalidade repressiva contra esse movimento atesta esse medo e o perfil racista da justiça colonial. É uma verdadeira obsessão nos autos, a referência constante aos “pardos”. Dos 49 presos, onze são soldados (Mattos:1971), alarme suplementar aos investigadores, pois embora rasos tinham acesso a armamento.

Outros dados são reveladores da natureza do movimento:

- é o único deste período que luta por três objetivos: independência, república e abolição da escravatura, representando, assim, o setor mais avançado do pensamento e combate anti-colonialista no Brasil. Protestos localizados e posições individuais, em outros pontos do Brasil, tinham princípios idênticos;

- entre as pessoas detidas, há quatro mulheres, seis escravos e mais da metade eram alfabetizadas (ibidem);
- o médico Cipriano Barata, mais tarde crítico de D.Pedro, portanto, do modelo sete de setembro, foi submetido a interrogatório sob suspeita de ligação aos conjurados, não comprovada pela polícia colonial. Nos interrogatórios, é evidente que Cipriano cumpriu postura básica nas lutas contra a opressão, quando se caiu nas mãos do inimigo: enganar e enviar os interrogadores para falsas pistas. Há, no entanto, um aspecto importante nestas suspeitas, na medida em que revelavam a possibilidade, já naqueles anos, de participação intelectual em movimentos das camadas pobres.

As quatro pessoas condenadas como líderes, foram executadas: os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens e os alfaiates Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus Nascimento, heróis nacionais quase desconhecidos.

O livro coletivo “O Sequestro da Independência” (Lima, Schwarcz, Stumpf: 2022), refere a rebelião de Pernambuco em 1817 como “o último movimento separatista do período colonial brasileiro” revelador, até certo ponto, de comportamento da elite local diferente da nobreza colonial: “a elite local, é bem certo, lutou contra a presença portuguesa defendendo um novo projeto de república, o fim da cobrança de impostos pela metrópole, a liberdade de credo e de expressão, mas não tocou no tema da abolição da escravidão. O levante foi tão forte que D. João acabou

sendo obrigado a adiar por um ano sua coroação até que as coisas serenassem nas províncias do Norte.” (ibidem).

A repressão foi da mesma brutalidade aplicada a Tiradentes e aos conjurados baianos, com execução e esquartejamento dos corpos de líderes. A derrota militar deste movimento significou sua morte, devido à ausência de plano B para continuidade e sobrevivência ativa das lideranças possíveis, em caso de perda da base territorial.

Tivemos assim, em poucas décadas três movimentos – pré-insurreição em Minas Gerais e Bahia, insurreição em Pernambuco – liquidados por insuficiente experiência organizativa. Falta de proteção contra delações ou indiscrições, nos dois primeiros casos, ausência de dispositivo para continuidade em caso de derrota no confronto de Recife.

Este período imediatamente anterior à independência, entre fins do século XVIII e início do XIX, merece atenção especial por nele terem decorrido debates, clandestinos ou discretos quase sempre, embriões de futuras tendências políticas brasileiras.

Duas delas nos setores mais abastados, uma terceira na incipiente classe média, mais ligada à sociedade e a movimentos republicanos reformistas do resto do sub-continente e uma quarta, abrangendo setores populares, tipo Conjuração baiana, com muito menos meios de expressão, talvez por isso muito menos referida na História.

As duas tendências dos segmentos de maiores rendas - uma monárquica outra republicana conservadora - estavam de acordo no eixo central do pacto colonial de então: escravatura. O peso desta convergência iria facilitar a absorção da segunda tendência pela primeira, durante algumas décadas, tendo a revolução liberal portuguesa de 1820 acelerado o processo, ao tentar impor os velhos termos da autoridade colonial, centrada em Lisboa. Teve imediatamente o efeito inverso sobre as faixas conservadoras, funcionando a tendência republicana de inclinação reformista, como ameaçador grupo de pressão.

Os segmentos pobres, urbanos ou rurais, seguiriam à margem dessa faixa de jogo político, correspondente a sua subalternidade social.

O modelo de independência “sete-setembrista” aparece num quadro de guerra econômica, no sentido de prolongar privilégios de propriedade anteriores. O açúcar nordestino e o ouro mineiro foram alvos de ferozes medidas para controle colonial, a escravatura que sustentou a exploração é, em si, a pior forma de guerra econômica, pois significa aprisionamento e mercantilização de pessoas em larga escala.

De Leopoldina à Noite das Garrafadas

Assim, o Brasil passou desde 1821 à situação de independência *de facto*. D. Pedro determinou que todas as ordens vindas de Portugal teriam de ser previamente

aprovadas por ele, circulando a partir daí constantes rumores de intervenção das forças portuguesas, ao mesmo tempo que chancelarias começavam a olhar o quadro brasileiro com interesse e busca de influência. Os Estados Unidos, então menos citados mas muito interessados, possuíam informações desde a conversa em Paris de um intelectual brasileiro próximo das correntes republicanas com Thomas Jefferson, então embaixador norte-americano na capital francesa. Atentos e ativos também, a Inglaterra que possuía um importante consul-geral no Rio de Janeiro e a monarquia austríaca, informada pela futura imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro.

Cassotti (:2015) refere o constante lobby da parte dela junto ao monarca austríaco, seu pai, num momento em que a então influente diplomacia de Viena era conduzida por Metternich, inimigo das ideias liberais-republicanas, portanto, oposto à revolução liberal portuguesa, mas nem por isso favorável ao reforço autônomo do continente americano.

A importância de Leopoldina não decorria apenas de ser esposa oficial de Pedro, mas talvez acima de tudo pela sua pertença a uma poderosa família reinante no velho continente, não escondendo nas suas cartas a Viena que era importante proclamar a independência do Brasil como Império, para evitar uma República. Essa importância ela manterá nos anos seguintes a 1822 quando a diplomacia brasileira dava os primeiros passos. A escassa atividade do Brasil em política internacional é sublinhada pelos autores e autoras do

“Sequestro da Independência”, embora façam referência a diligências de reconhecimento junto a Angola, que não existiram dessa forma, na medida em que, sendo colônia e ainda por cima colônia portuguesa, Angola não possuía nenhuma autonomia.

O que ocorreu em Angola foi um movimento de interesses ligados ao tráfico de escravos, no sentido de acompanhar a inevitável independência brasileira com um projeto designado por Confederação Brasílica, numa altura em que o litoral angolano e sua ligação ao Brasil eram objeto de patrulhas pela marinha britânica visando desmontar aquele tipo de mercado.

Leopoldina não fez só lobby internacional, fez também em relação ao marido, várias vezes hesitante em romper com Portugal. Nesse lobby interno contou com o apoio de José Bonifácio, ministro e brasileiro, livre de ligações como as de D. Pedro à Casa de Bragança.

Aqui caberia a pergunta porque Bonifácio esperou tanto tempo pela decisão do príncipe regente e não assumiu a iniciativa de proclamar ele a Independência. Por um lado, Bonifácio receava tomada de posição sem grande suporte militar que podia conduzir ao mesmo desfecho de Pernambuco em 1817. Por outro lado, mantinha princípios de autoridade favoráveis, na prática, ao culto à personalidade, prenúncio do caudilhismo marcante de algumas fases da História do país, mais recentemente adaptada e reclassificada como populismos.

O segundo semestre de 1822 é de contrarrelógio político. D. Pedro foi a Minas acalmar agitação e no

começo de agosto torna-se Grão-Mestre da Maçonaria do Rio de Janeiro que estava em oposição à poderosa Maçonaria portuguesa. No mesmo mês, foi a São Paulo com idêntica preocupação perante confrontos, embora tenha demorado mais tempo em virtude de relação afetiva que iniciou naquela viagem.

A relação sexo-política está presente em vários países, com momentos de intensidade dominante, assumiu no Brasil extensão social de todos os tipos e meios, desde brutalidade machista e, sobretudo, racista; balança entre população masculina e feminina no segmento “branco” da sociedade colonial; atratividade natural e laços afetivos.

Leopoldina, nomeada pelo marido como governante durante o período da viagem a São Paulo, pressionou Pedro para antecipar o regresso ao Rio em virtude da vulnerabilidade da situação e proclamar a Independência. A 2 de setembro é convocado o Conselho de Estado, onde Bonifácio fez passar a recomendação de independência total, aprovada por Leopoldina como governante.

A comunicação foi enviada a Pedro junto com outras cartas e o ultimato das Cortes portuguesas para que regressasse a Lisboa. O conjunto deste correio foi lido na estrada junto ao riacho Ipiranga no dia 7 de setembro, quando a dupla Leopoldina-Bonifácio exercia o poder no Rio de Janeiro.

O dia da leitura das cartas e a decisão verbal de proclamar a independência ficaram como data da

mesma, embora a Aclamação da Independência tenha sido realizada em 12 de outubro e Pedro coroado imperador em dezembro. Nos desfiles ligados a esta cerimônia surgiu de novo um elemento apresentado oficialmente como simbólico da harmonia nacional: três cavaleiros, um dos povos originários (ou originais), um negro e um branco.

Ou seja, repete a narrativa de Guararapes no século XVII. Nas duas vezes não há referência à mestiçagem, já então numericamente importante ou, então, assimilando-a aos brancos ou aos negros.

O assimilacionismo passaria a ser base ideológica explícita do colonialismo francês e português na África, desde começo do século XX, enquanto nos Estados Unidos, a mestiçagem era assimilada aos negros com o argumento da “pureza racial” branca.

Em pleno século XVII, a guerra por Pernambuco e sua produção açucareira foi crucial na configuração geográfica do Brasil, decidida tanto em termos militares como diplomáticos e financeiros internacionais, nas proximidades da conferência de Westfalia (1648) dedicada a reduzir as constantes guerras europeias com efeitos mundiais.

Nas duas conjunturas - guerra luso-holandesa de Pernambuco e Sete de setembro, mas várias vezes depois delas – aquela fachada multirracial, patrocinada pelos poderes, revelava não ser possível ignorar a composição demográfica brasileira, ao mesmo tempo

que procuravam disfarçar a realidade da escravatura e do racismo que a acompanhou e lhe sucedeu.

O desencadear da mestiçagem no Brasil tem uma inicial marca de violência contra a mulher negra ou ameríndia. Mesmo nos casos sem violência física direta, ela está presente na intimidação decorrente da própria condição de escravas ou dominadas.

A violência física atingia pontos de sadismo e crueldade extrema, em dinastias escravistas como a d'Ávila, iniciada na Bahia, em 1549, com um auxiliar e provável filho de Tomé de Sousa. Trabalho resultante de pesquisa nos Arquivos da Torre do Tombo, elaborado por Luiz Mott (:2010) apresenta sobre Garcia d'Ávila Pereira de Aragão (1735-1805) terrível lista de torturas, inclusive sexuais, com marcas ou incapacitação para toda a vida.

A dinastia, até hoje é homenageada com nomes de ruas importantes em cidades como Salvador e Rio de Janeiro.

Lentamente e com o estímulo provocado pelo baixo número de mulheres brancas na colônia, atração afetiva foi se acrescentando e, mais tarde, superando numericamente a brutalidade inicial.

No entanto, o elemento mais importante é a mestiçagem biológica ter atingido – em data ainda difícil de precisar, mas no mínimo desde começo do século XVIII – o volume necessário para assegurar seu próprio crescimento, determinar cada vez mais a mestiçagem cultural e se tornar maioria da população.

Este dado não é tido em conta no modelo Sete de setembro que, aliás, manteve deliberadamente a estrutura escravista por décadas, facilitada por ausência de movimento anti-escravatura, não obstante a existência de muitas vozes individualizadas contra ela.

A tendência conservadora de José Bonifácio ficou no poder por um curto período – D. Pedro não foi hesitante nesse ponto, demitindo-o quando divergências ficaram patentes - e as demais tendências das elites aceitaram tacitamente um acordo para aguardar convocação de Constituinte, que também teria vida curta. D. Pedro, maçônico e liberal em política portuguesa, era autoritário no Brasil. Até em detalhes, como descritos por Cassotti (ibidem), de humilhar funcionários nas repartições públicas.

Mais grave pelas repercussões imediatas foi o assassinato por partidários do Imperador, no mês de novembro de 1830, em São Paulo, do médico e jornalista Libero Badaró, ligado aos liberais radicais. Mantidos fora das estruturas de poder e próximos do jacobinismo francês, estes mostrariam sua força em março de 1831 na Noite das Garrafadas, confrontos que opuseram, no centro do Rio de Janeiro, portugueses apoiantes de D. Pedro e brasileiros radicalmente contra, no que representa a primeira das muitas manifestações de rua ao longo da História, com alto poder de pressão até aos nossos dias.

Menos de um mês após as “garrafadas”, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao trono do Brasil iniciando a trajetória para ser D. Pedro IV de Portugal.

Portugal reconheceu a Independência em 1825, sob mediação britânica. O Brasil comprometeu-se a não apoiar movimentos independentistas em outras colônias lusas e os negociadores brasileiros não souberam (ou não quiseram) contrapor à exigência dos valores reclamados pela monarquia portuguesa, o valor das riquezas extraídas durante os séculos precedentes. O Brasil nasceu com as heranças socio-econômicas coloniais e rendição num ponto da guerra econômica que conduziu à dívida externa, largamente responsável pelas dificuldades na formação de capital nacional.

Civis e militares perante as prioridades

A participação política militar ou militarizada vem de muito longe, de tal forma que as batalhas de Guararapes, no século XVII, são apontadas como a origem do exército brasileiro. Não é o melhor símbolo, na medida em que foram combates entre potências coloniais e comando direto por mercadores de escravos. As duas potências coloniais em disputa pelo açúcar de Pernambuco mobilizaram efetivos locais sob comando “metropolitano”, ou seja, grande parte das tropas de ambos os lados eram ameríndias, negras e mestiças, mas a chefia mantinha-se europeia.

Guararapes é o ponto alto no Brasil de uma das muitas guerras econômicas que marcaram o mundo do século XVII, através de ocupações territoriais designadas como conquistas ou feitorias, fechamento de portos,

acordos agressivos com mercados pré-coloniais, mercantilismo militarizado, pirataria, corso, altas pressões diplomáticas e intervenção direta de forças armadas regulares. Objetivos estratégicos no teatro de operações brasileiro: hegemonia na produção e comercialização açucareira e escravização de africanos em escala nunca vista na longa História da escravatura. Nesse sentido, é símbolo inicial do segmento mais rico da população brasileira de então, que conduziria à nobreza colonial.

A duas batalhas de Guararapes aproximaram o confronto do Recife, ponto estratégico para os dois impérios coloniais e para todo o Atlântico Sul, politicamente em formação.

Tal formação tinha como eixo central a movimentação de escravos e, quando se intensificaram aqueles confrontos já Portugal tinha restaurado sua independência, após 60 anos sob coroa espanhola e também tinha recuperado o maior centro exportador de escravos, Angola, com uma armada constituída no Rio de Janeiro. O interesse pela escravatura estava patente na própria atividade dos comandantes de ambas as operações: João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros em Pernambuco, Salvador Correia de Sá e Benevides do Rio de Janeiro para Luanda, em seguida nomeados governadores de Angola, abrindo o período de mais intensa captura e exportação de escravos.

As forças militares mobilizadas em Pernambuco, incluindo o aparelho logístico da Bahia, e as do Rio de Janeiro, com prolongamentos nos dois séculos

seguintes, constituem a base das forças armadas coloniais, comandadas por metropolitanos e sujeitas à ação dos governadores e vice-reis. Dentro dessas forças cresceram sentimentos de nacionalidade brasileira, como exemplifica a conspiração mineira, onde se destacou o alferes Tiradentes, e a Conjuração Baiana, com vários soldados participantes.

Ainda como dado das lutas inter-coloniais, a Inglaterra, Holanda e França estabeleceram-se nas Guianas, norte da Amazônia. A presença francesa seria contestada militarmente pelo poder português durante a instalação de D. João VI no Brasil, em parte porque os limites dessa presença estavam mal definidos, mas principalmente como retaliação pela ocupação de Portugal pelas tropas e administração napoleônicas. Foi um dos objetivos estratégicos de D. João VI, conforme assinala o relato histórico do exército brasileiro no seu site, informando que a ofensiva contra a Guiana francesa “foi constituída, basicamente, por brasileiros, tendo porém, em suas fileiras, oficiais ingleses e portugueses, bem como algumas praças daquelas nacionalidades” (site consultado em 06.12.2022)

Por essa razão e pelo papel da Inglaterra na guerra napoleônica, incluindo poder político direto em Portugal, esta bem sucedida operação foi luso-britânica com mobilização de efetivos locais. Caiena foi conquistada em 1809 tendo a componente naval assumido grande dimensão no resultado. Embora o território da atual Guiana francesa tenha sido devolvido na sequência do Congresso de Viena, a operação teve

um valor central: garantiu a fixação da fronteira do Brasil no Oiapoque e a grande envergadura amazônica do país.

Guararapes e Caiena/Oiapoque tiveram função semelhante no desenho territorial brasileiro, base fixa dos desenhos políticos, econômicos e culturais. Porém, ao longo deste período desenvolveram-se também forças armadas civis coloniais e de perfil terrorista: os “bandeirantes” e os capitães de mato, ambos de grande brutalidade contra as populações dominadas do Brasil, sobretudo ameríndios e negros.

Os “bandeirantes” ganharam elogios históricos oficiais como personalidades ilustres que expandiram as fronteiras brasileiras. Na verdade, eram unidades que abriam caminho à presença colonial fazendo limpeza étnica e vários dos seus chefes elogiados por certa História oficial eram, sob qualquer lei, criminosos de delito comum. Os capitães de mato foram prolongamento dessa tradição colonial, especializados na captura de escravos fugitivos. As fugas de escravizados eram fenômeno comum em todas as Américas e sua principal forma de resistência.

No Brasil, deram lugar, portanto, a numerosos quilombos, sendo Palmares historicamente mais referido pela dimensão e por só ter sido destruído após várias tentativas às quais os habitantes responderam com movimentações, deslocalizações e armadilhas. Dois elementos têm importância especial: Palmares estava politicamente organizado, constituindo uma *de facto* federação de mocambos previamente existentes,

desde finais do século XVI. Foi ferozmente combatido tanto por forças portuguesas como holandesas, demonstração da afinidade colonial perante este tipo de desafio.

Por alturas da tomada de Caiena, já repercutia largamente no Brasil a independência do Haiti, resultado de revolta ativa, com insurreição, destruição de fazendas, captura de armas ao inimigo e confronto direto prolongado de 1791 a 1804, motivo de pavor constante nos senhores de escravos em todas as Américas, principalmente no Brasil por possuir o maior número de escravizados neste continente e porque pairava sempre a possibilidade dos quilombos se tornarem bases revolucionárias.

Causar incerteza no campo inimigo é guerra psicológica, intencional ou não, daí a ação dos capitães de mato não visar apenas recuperar as “peças” perdidas pelos proprietários das plantações, mas também evitar aumento dos efetivos mobilizáveis em caso de revolta ativa do tipo haitiano. A imagem desses capitães de mato não era diferente dos “bandeirantes” e, mais tarde, perante propostas de envolver o exército na caça aos fugitivos, ficou conhecida a expressão de recusa “nós não somos capitães de mato”.

As revoltas apanham sempre as elites de surpresa

Em 1817, a insurreição pernambucana mostrou outro pormenor militar de primeira grandeza. Do lado

insurrecional surgiu uma força armada que, pela sua amplitude, passou por preparação de pelo menos alguns meses, sendo claramente uma força brasileira com centro de decisão e comando local. A forte presença de mestiçagem poderia, em caso de vitória, colocar os abolicionistas em melhor posição que no modelo 7 de setembro. Do lado colonial, os praças seriam brasileiros em maioria sob comando de “reynóis”.

Cinco anos depois, conforme já assinalado, um dos motivos de hesitação da componente brasileira no referido modelo estava ligado ao receio de que as forças armadas só obedeceriam ao futuro Pedro I, receio talvez infundado. Marcilio Cassoti (:ibidem) assinala, logo nos primeiros anos do recém proclamado Império brasileiro, uma proposta de chefes militares à imperatriz para derrubar o marido e colocá-la no poder.

Força armada improvisada emergiu na Bahia, centro dos mais importantes combates contra as forças portuguesas que se mantiveram leais a Lisboa após o 7 de setembro. Com o mesmo tipo de unidades, escaramuças ocorreram por breves momentos em outros pontos do extenso território.

O sucesso destas forças irregulares garantiu a dimensão geográfica do Brasil, no imediato pós independência.

Para além da independência e até da proclamação da República, levantes armados tiveram lugar com características de separatismo regional ou movimentos

messiânicos. O maior impacto esteve na guerra Farroupilha (1835-1845) onde os rebeldes chegaram a controlar o Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina, com apoio internacional, evolução para operações militares convencionais a partir de combatentes em farrapos e forte participação de negros atraídos pela proposta gaúcha de libertação da escravidão, atração que se repetiria na mobilização para a guerra do Paraguai.

No caso do Rio Grande do Sul, o governo imperial, visando desencorajar a importante mobilização de escravizados, emitiu uma lei da chibata que, mesmo sem elaboração escrita, nunca deixou de existir desde a implantação da escravidão no Brasil. Porém, sua emissão escrita teria nova durabilidade e estimularia práticas durante décadas, mesmo nas forças armadas, sobretudo na marinha onde causou uma revolta de dimensões históricas.

A unidade territorial brasileira foi preservada, também, pelo prevaecimento dos fortes laços de mercado interno e pelo exército e marinha governamentais que, embora muito abaixo do já possível naquela época, tinham superado a fase embrionária ou “artesanal”. A guerra do Paraguai funcionaria como motor de modernização da estrutura militar do país, inclusive pelas inesperadas dificuldades que apresentou, quer dizer, guerra de coligação subcontinental prevista para poucas semanas durou mais de cinco anos (dezembro 1864-março 1870). A partir de então a influência política dos altos comandos militares aumentou, culminando no

golpe de estado instaurador da República em 15 de novembro de 1889, quando o Estado brasileiro iniciava esforços, inclusive financeiros de alto volume, para suscitar imigração europeia ou asiática (neste caso de dois pontos geográficos).

Movimento geral nas Américas, beneficiado pela grande pobreza na Europa, com casos extremos de fome em países como Irlanda e Portugal, impactou no quadro demográfico americano, sobretudo nos EUA, Argentina, Uruguai, nestes dois chegando a população imigrante a superar os nacionais durante anos. Mas resultava também da escassez de mão de obra nos grandes espaços americanos e da vontade política em “embranquecer” a população.

O Brasil aparece nesta motivação dentro do contexto de avanços eugenistas, ideologia de afirmação da superioridade branca e ataque cerrado à mestiçagem. Verificando os resultados, porém, constata-se que ao aumento da população branca brasileira correspondeu aumento ainda mais pronunciado da população mestiça, ou seja, uma biopolítica contrariada espontaneamente pela ultrapassagem das linhas de cor e sexo, à imensa escala brasileira.

Teve ainda um contorno assimilacionista, ao considerar brancas as pessoas mestiças de pele mais clara, colorismo antes da existência da palavra, objetivando aumentar volumes estatísticos populacionais “brancos”, coincidindo com o assimilacionismo esboçado, então, nos impérios africanos da França e

Portugal em relação a algumas dezenas de milhar de pessoas negras ou mestiças.

A imigração trouxe também consigo ideias de agitação social, em desenvolvimento na Europa, desencadeando, por exemplo, o sindicalismo e forte repressão policial. O “branqueamento” era severamente limitado quando contrariava a ordem política e social reinante, com expulsões de centenas de migrantes ligados a agrupamentos sindicais e intimidação generalizada.

Neste pormenor capital, a biopolítica foi contrariada pela guerra das ideias, que sempre atravessou o mundo, fosse qual fosse a via de contato humano.

Em 1906 é criada a primeira central sindical brasileira e ideias socialistas iniciaram sua trajetória na sociedade, dando lugar a crescimento de reivindicações e protestos. É neste clima que, em 1910, eclode a maior revolta naval do Brasil, contra a lei da chibata que vitimava com crueldade os marinheiros, sobretudo negros e mestiços. Chefiada pelo marinheiro negro João Candido, tinha evidente cunho antirracista e alcançou elevado patamar estratégico, graças a controle insurrecional de vasos de guerra com dimensão elevada, portanto, nível nunca alcançado nas rebeliões simbolizadas pelos quilombos, às quais faltou, precisamente, esse clima social abrangente de protesto e esses meios.

Anistiados como parte da solução da revolta, vários revoltosos seriam, pouco depois, presos e encaminhados para zonas de extração da borracha na

Amazônia, que irrompia no quadro nacional com mais força que na fase das expedições de Pedro Teixeira (século XVII) fixadoras das fronteiras na região, completadas pelos efeitos da operação de Caiena (século XIX). Dessa vez era a promessa de enriquecimento do país com novo ciclo extrativista, cujas perspectivas resistiram ainda menos tempo que os do açúcar ou ouro.

No começo do século XX ganhou impacto o banditismo social, (onde o cangaço assumiu mesmo perfis lendários), guerra econômica dos pobres, que reapareceria décadas mais tarde, crescendo até nossos dias em setores pobres ligados aos tráficos, sob comando das grandes fortunas que proporciona, poder determinante na insegurança pública e importante no mercado de trabalho.

A revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, teve suporte militar prolongado nas fases seguintes do getulismo que, como todo o caudilhismo latino-americano da época, implantou ditadura. O lado desenvolvimentista da mudança em 1930 e anos seguintes pôs termo a vários capítulos do modelo 7 de setembro, na medida em que o novo regime procurou sair da dependência total de bens primários e de obediência sistemática a algumas grandes potências. Criou indústrias, tentou jogar nas contradições internacionais por um tempo e aderiu a regras de obediência, negociando-as.

Assim, o Brasil entrou na segunda guerra mundial, único país latino-americano a colocar tropas no teatro de

operações europeu, experiência de impacto em si e geradora de novos quadros de pensamento estratégico, muito influentes na Escola Superior de Guerra, durante algum tempo designada como “Sorbonne” e marcada também por diversidade de pontos de vista.

No entanto, a linha dominante era pró-ocidental sem excluir nacionalismo em detalhes importantes: ser tratado como igual em todas as negociações e defender a Petrobrás como empresa estratégica estatal. Na crise sucessória causada pela renúncia, sem motivo, do Presidente Jânio Quadros, em 1961, esta linha agiu no sentido de evitar a posse do vice-presidente João Goulart, ação contrariada pela resistência no Rio Grande do Sul, graças ao apoio do II Exército, então o mais equipado do país e situado no sul, considerado naqueles anos como área de segurança prioritária.

Em 1964, nenhuma forma de resistência impediu o golpe que derrubou Goulart. Inserido na estratégia do campo ocidental visando conter a URSS, este golpe teve importantes fatores internos, como aliás, todos os golpes latino-americanos desse período. A contenção da URSS implicava contenção da esquerda revolucionária dirigida por intelectuais brancos em todo o continente e fraca participação de grupos historicamente desfavorecidos, independente da raça. No Brasil, aliás, essa fraca presença correspondia à própria fraqueza geral dessa área da esquerda, confundida muitas vezes – até de forma intencional - com o nacionalismo de esquerda representado, por exemplo, pela Frente Parlamentar Nacionalista – ou pelo

populismo oriundo do getulismo. Os motivos internos estavam ligados à política dos conservadores, receosos de crescimento dessas tendências que também não agradavam às visões elaboradas na “Sorbonne”, neste caso com indignação acrescida, em virtude de manifestações de militares subalternos, do exército e da marinha, contra a hierarquia, com apoio do poder político.

Goulart ele próprio não via com bons olhos – mas também não considerava perigosas – as tendências de base marxista, acreditando na sua própria capacidade de expansão dentro do movimento sindical e de possuir um bom esquema militar. Sua proposta de reformas de base era, na verdade, uma modernização do capitalismo interno que, aliás, os próprios militares contribuiriam para implementar quando, mais tarde, um importante setor tecnocrático entrou no governo.

O regime instalado teve duração próxima de vinte anos, com dois perfis maiores: repressão brutal com recurso sistemático à tortura e modernização da Economia, sobretudo num período de grande crescimento denominado como “milagre brasileiro”. Muito dependente da conjuntura internacional, o “milagre” caiu em larga medida - como tem acontecido em todos os momentos de grande crescimento antes ou depois dos anos 1970 - por bruscas alterações econômico-financeiras globais. No caso, uma forte ofensiva norte-americana sobre o câmbio do dólar que abalou a estrutura financeira internacional, incidindo nas dívidas externas do “terceiro mundo”, onde a brasileira tinha

peso descomunal. O posterior primeiro choque petrolífero seria o segundo ataque econômico mundial em cerca de três anos, com efeitos devastadores.

O Brasil iniciou, então, uma espiral inflacionista que atingiu a escala hiper, acentuando a capacidade do mercado incrementar essa espiral - como na fase da “inflação inercial” - e perfis de guerra econômica interna a dois níveis:

- sobre as grandes diretrizes: entre a política monetária e o setor privado; pelo abastecimento de base: entre os consumidores e o comércio.

Quatro grandes planos de combate à hiperinflação tiveram começos de aplicação mas nenhum resistiu, confirmando um dado sempre presente nas elaborações de combate: nenhum plano fica inalterado na presença concreta do inimigo. A alteração só viria com o Plano Real em 1994, quando o Brasil pôs em circulação sua décima segunda moeda e estabeleceu novos parâmetros monetários e macroeconômicos.

Este quadro incluiu alternância de poder e constituiu um dos mais longos ciclos de crescimento econômico brasileiro, incluindo preocupações sociais com os efeitos e projetando imagem mais forte do país à escala internacional. Aliás, a conjuntura internacional favorável foi decisiva para os momentos altos deste ciclo e, como todas as dependências, desequilibrou o modelo a partir do momento em que os efeitos mundiais passaram de aliados a hostis.

Em 2012 o desequilíbrio ficou patente, as consequências sociais negativas sentidas imediatamente e as medidas de defesa totalmente ineficazes. Em 2013 o país atravessou mais um período de protestos de rua (também apanhando as elites de surpresa), no ano seguinte começou fase de recessão e em 2016 teve lugar o impeachment da então Presidente.

A partir daí, o Brasil circulou por quase todas as opções políticas apresentando, em resultado de uma década de crise, sinais de novas alianças, reconfiguração das grandes faixas partidárias ou semelhanças, num contexto de confronto por novas distribuições de poder mundial, onde as armas econômicas são decisivas e o Brasil possui algumas delas com “poder de fogo” já elevado e margem para reforço.

A nível militar, segundo o Global Fire Power, o Brasil é a décima potência mundial (coincidindo aproximadamente com seu lugar nos PIBs), classificações sempre sujeitas a atualização.

Este pormenor é central pois refere uma área de inevitável ação conjunta civil-militar: a pesquisa científica e tecnológica. O atraso brasileiro em relação às maiores potências nas duas matérias, apesar da existência no país de instalações tecnológicas e científicas sofisticadas, vai naturalmente conduzir a essa conjugação, desde a saúde ao aeroespacial, tanto mais eficaz quanto mais estímulos tiver.

Outro eixo de ação conjunta necessária é a superação do racismo, como medida de base para configuração de

estruturas socio-político-econômicas correspondentes à composição demográfica, encerrando de vez as heranças coloniais.

As forças armadas brasileiras possuem um efetivo correspondente a essa composição no segmento dos praças, porém, o mesmo não ocorre na oficialidade. Em países como os Estados Unidos e África do Sul, as forças armadas têm concretizado programas corretivos de grande impacto e até influência nos programas civis.

A instituição militar, nas suas diferentes armas, apresenta notáveis condições de base para participação destacada nesse esforço, tanto a nível de seus estabelecimentos de ensino, como pela capacidade de decisão decorrente de sua própria hierarquia.

Dentro da visão estratégica abrangente, é tema determinante da segurança humana nacional e ampla participação nas responsabilidades de defesa.

O país superou há muitos anos a preocupação militar com a fronteira sul, mantendo-a no domínio econômico com a difícil construção do Mercosul, instrumento incontornável caso se pretenda melhorar a correlação de forças entre a sub-região e o mercado mundial.

As prioridades de defesa situam-se, agora, na Amazônia e no Atlântico Sul.

A primeira incide em área crucial para a futura habitabilidade do planeta, tendo um entrono com ameaças de segurança constantes. O progresso do Brasil e sua contribuição mundial não são concebíveis

sem uma Amazônia valorizada, em termos humanos e ambientais.

O Atlântico Sul, já de alto relevo nas trocas internacionais, é sempre motivo de atenção em virtude de suas margens petrolíferas, de subida no tráfego ao mínimo problema na zona do canal de Suez ou até em virtude de alguma ação imprevisível. Aqui a atenção pode, de repente, virar alerta.

Nestes termos, as orientações em política exterior e ambiental ganham, como em todo o mundo, novas dimensões. Se diversas preocupações imediatas estão situadas no entorno geográfico, a presença só será relevante se for transcontinental, inclusive porque várias oportunidades econômicas estão nessa transcontinentalidade.

Economia sob gargalos internos e choques externos

Embora raramente seja feito, é essencial falar de economia quando se aborda a crioulização, pois se trata da base material, maior via de inserção e participação mundial, seja de quem for.

Não há formulações econômicas sérias que sejam determinadas por “escolas” marcadas pela nacionalidade (como já aconteceu em fases do pensamento econômico) nem pela cultural. As divisões e confrontos na área da economia têm origem nas

preocupações dos autores e nos interesses dos atores, embora contextos geoeconômicos facilitem a compreensão e demonstração de fenômenos e quadros gerais. Por exemplo, o desenvolvimentismo é produto de reflexões latino-americanas em diálogo com estudos internacionais de política econômica, quadro onde Raul Prebisch e Celso Furtado ganharam relevo. A noção de dualismo trabalhada por Artur Lewis, que lhe valeu um Prêmio Nobel, também.

Mais recentemente, Amartya Sen estudou o desenvolvimento como liberdade.

Estas considerações são importantes porque ganham novo folego e atualização. Combatido por analistas que viam o desenvolvimentismo como concorrente de ideologias tradicionais, ele reaparece sem inibições nas melhores plataformas de trabalho dos países subdesenvolvidos, quer mais avançados ou mais atrasados. Por seu lado, o dualismo de Lewis, ligado à abundância da mão de obra no antigo “terceiro mundo”, constitui hipótese de trabalho nas explicações do rápido crescimento chinês.

A média de 2023 da taxa de desemprego no Brasil, avaliada no quarto trimestre, desceu para 7,8%, segundo a Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, correspondendo a 8,1 milhões de desocupados, aos quais teríamos de acrescentar os números – dificilmente identificáveis com rigor – de quem procura o primeiro emprego. Dos cerca de 100 milhões de “ocupados”, destacamos três segmentos: 37,9% têm carteira

assinada, 13,5% têm emprego formal sem carteira assinada e 39,5% estão no informal.

O rendimento domiciliar médio per capita ficou situado na média nacional mensal de 1.893,00, com desequilíbrios regionais pronunciados, entre acima de três mil Reais no DF e menos de mil no Maranhão, segundo pesquisa do IBGE publicada a 28.02.2024. A taxa de inflação em 2023, segundo o IPCA, também do IBGE (publicado em 10.01.2024) atingiu 4,62%, melhor desempenho desde 2020, correspondendo a melhoria no combate global à inflação, sem deixar de exigir atenção aos próximos dois anos para avaliar sustentabilidade, precisamente pela conjugação de fatores nacionais e globais.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio (publicada em dezembro 2023), o endividamento atingia, em novembro de 2023, 76,6% das famílias brasileiras, obrigando o poder político a montar um esquema de alívio, cujos resultados também requerem tempo para avaliação tendencial. Mesmo assim, o fator principal na resolução deste gargalo é a expansão do mercado de trabalho e subida nas condições salariais.

A combinação destes dados assinala um dos maiores desafios às propostas desenvolvimentistas no Brasil e atenção atualizada aos estudos de Arthur Lewis: mercado demograficamente numeroso, mas com fraco poder aquisitivo. Mesmo nos períodos de desemprego em 5%, o volume de salários baixos atingia níveis

incompatíveis com desenvolvimento, na medida em que estabelece limites baixos do consumo para além da sobrevivência. O consumo das famílias no Brasil, em 2019, representava 63,7% do PIB, faixa aproximada que tem mantido desde fim da pandemia e equivalente à média mundial em países com o mesmo estágio econômico brasileiro.

Neste ensaio, assume valor decisivo assinalar taxas de desemprego e poder aquisitivo, pela incidência nas desigualdades.

Dados do IBGE com cerca de cinco anos (PNAD 2019; consulta online 02.02.2023) permanecem válidos em ordens de grandeza: com renda média mensal da ordem dos 28.659 reais está 1% da população. Dos outros, tínhamos 90% ganhando ligeiramente abaixo de 3.500,00 em média mensal, linha que para 70% era de 1.871,00.

Este problema é sentido como decisivo, no mínimo desde o desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, mas as políticas econômicas adotadas têm se revelado impotentes na matéria. Já em 2012, o insucesso das facilidades fiscais para estimular setores da produção industrial e consumo, contribuiria para alta do desemprego e abriu as portas à recessão de 2014 a 2020.

O valor nominal do PIB em 2023, segundo cálculo do FMI (datado de 19.12.2023) atingiria a escala de 2,13 trilhões de USD, nona economia do mundo nessa data.

Outro elemento comparativo central, por se estender a setores sociais como educação e saúde, está no Índice de Desenvolvimento Humano. A nona economia mundial em termos de PIB estaciona há anos entre os 70º e 80º lugares do IDH.

É óbvio que baixas rendas, além de inibidoras do consumo, não promovem alta produtividade cujos níveis, no Brasil, sofrem ainda os efeitos de insuficiente inovação tecnológica e fraca manutenção do capital fixo. Este pormenor acentua riscos no longo prazo e corta oportunidades de trabalho no imediato.

O agronegócio resistiu melhor que outros setores produtivos e se à exportação o setor sente nova dependência externa, desta vez do consumo chinês, internamente funcionou como autodefesa a maiores altas na inflação. É o setor atualmente com mais alto “poder de fogo” na economia nacional, por essa razão com desdobramentos mundiais, na medida em que garante a vital segurança alimentar e os alimentos constituem parcela volumosa na inflação global. Ainda assim, sofre de outra dependência externa mais grave, no âmbito de inputs indispensáveis como os fertilizantes, dos quais apenas produz 20%, sem explicação racional, determinando dependência do mercado russo. E também funciona com salários baixos, ou seja, fator de menos contribuição ao alargamento do mercado interno e aumento da produtividade, dois fatores presentes em toda a estrutura econômica nacional, causas decisivas nas baixas taxas de crescimento do PIB.

Outro importante “poder de fogo” econômico assenta nos recursos energéticos e seu aproveitamento. Da energia elétrica gerada no Brasil, 67% tem origem hídrica, resultante da poderosa rede fluvial nacional. Dados da agência reguladora de petróleo, ANP, de 02.02.2024, assinalavam produção média diária brasileira do produto na ordem dos 3,402 milhões de barris. Embora pequena parte da extração seja exportada em bruto, o país importou em 2022 (representativo dos últimos anos) um pouco acima dos 200 mil barris diários, em larga medida devido à capacidade da rede de refinarias não cobrir toda a demanda nacional mais sofisticada.

Neste ramo, não é dependência muito acentuada nem submete o Brasil a pressões e debilidade, como ocorre com alguns países desenvolvidos. No petróleo as importações vêm, sobretudo, da Arabia Saudita, Argélia e Nigéria, no gás são procedentes da vizinha Bolívia e, em menor volume, dos Estados Unidos e Trinidad e Tobago.

A referência aos fornecedores é essencial na conjuntura político-militar desde começo da guerra da Ucrânia, na medida em que maior ou menor envolvimento nesse conflito, direta ou indiretamente, torna a dependência mais ou menos perigosa.

Portanto, a situação do petróleo coloca o Brasil na posição de exportador, mas importador de algumas qualidades mais sofisticadas ou por razões pontuais de mercado. Segundo previsões oficiais, o país atingiria autossuficiência em gás a partir de 2030. No entanto,

estes quadros estarão sujeitos a reavaliações radicais se o país aproveitar o seu elevado potencial nuclear, solar, eólico e de biomassa.

No urânio, o Brasil está entre os cinco maiores produtores mundiais, tendo tecnologia nuclear avançada e testada para fins civis. Nos demais, a capacidade instalada acompanha a demanda de perto e é expandível.

O comércio exterior do Brasil, apesar de saldos favoráveis, aparece em nível de desaproveitamento da capacidade nacional, atingida pelo quadro internacional desfavorável em toda esta década, mas constituindo perfil central há muito tempo. O crescimento da primeira década deste século assentou numa conjuntura externa de preços altos nos produtos primários, Investimentos Diretos Estrangeiros massivos – o Brasil chegou a ser o segundo destino de IDE - e muita movimentação de capitais de curto prazo. O fim desse “momento” produziu esgotamento do modelo então em vigor no Brasil, encerrando mais um ciclo de crescimento nacional.

Dependência geradora de insegurança está patente na área dos semicondutores, onde a batalha econômica mundial é das mais acessas com terreno para “acender” ainda mais, à medida que a nova economia mundial se precise. Ou seja, as inovações tecnológicas neste campo têm peso suficiente para determinar o poder econômico mundial e induzir produtividade de diferentes ramos e setores. No confronto maior estão Estados Unidos e China, com presença poderosa de

Taiwan e Holanda, respectivamente na produção de chips e de máquinas situadas no ponto de partida dessa produção.

O Brasil está numa fase exigindo aumento significativo no fabrico local de toda a escala de processadores. Em termos de semicondutores o país importa cerca de 80% e a produção local situa-se a partir de fases cujos antecedentes exigem importação, gerando-se contexto semelhantes aos fertilizantes na agricultura e inputs específicos na indústria farmacêutica. Pequenas unidades, pouco mais que startups, ou mesmo startups, compõem a rede produtiva e uma unidade estatal de maior dimensão – ou intenções nesse sentido – esteve fechada e foi reaberta no meio de 2023.

A produção industrial e a envergadura do agronegócio são exemplos muito consideráveis de demanda no sentido de desenvolvimento desse braço estratégico. A entrada em funcionamento de duas unidades de carros elétricos (na Bahia e São Paulo, com investimento chinês), a produção de drones para as forças armadas e o elevado crescimento do respectivo mercado civil, bem como de placas fotovoltaicas, acrescentam a essa demanda.

O Brasil possui polos de excelência técnico-científica, capacidade nuclear, duas bases terrestres de lançamento espacial, uma unidade produtora de aeronaves de marca nacional, um centro de pesquisas espaciais e alguns núcleos universitários de pesquisa avançada em várias disciplinas.

No entanto, grande parte do relativo atraso brasileiro decorre do perfil incompleto de atividades que, num país desta dimensão, requerem preenchimento. É assim com os referidos setores agrícola e farmacêutico, nos quais a importação de inputs básicos representam perigo, reduzem o saldo da balança comercial e oportunidades de emprego.

Tanto quanto no plano cultural, as definições de utilidade são de evidente primeiro plano na economia.

Os semicondutores entram neste perfil, pois sua ausência no quadro produtivo reduz a viabilidade de empreendimentos, num país cujas dimensões, recursos e capacidades instaladas, permitem conceber não só o aumento de sua produção, mas até preparar a fase de litografia. A área de mineração é de molde a trabalhar o ramo dos separadores de terras raras e diversificar investimentos para os próprios semicondutores.

O Brasil possui um sistema bancário poderoso em capacidade de crédito e participação no capital de empresas. O BNDES tem mesmo meios financeiros permanentes acima do Banco Mundial.

Assim, esta situação setorial estratégica requer, em primeiro lugar, mentalidade cultural inovadora.

Nos grandes indicadores brasileiros de poder mundial, apenas o PIB é de posicionamento alto. No Índice Global de Inovação (IGI) 2023, o Brasil ocupa o 49º lugar, valendo aqui uma observação quanto às desigualdades regionais internas: como no conjunto do desempenho

econômico, também há enorme desequilíbrio nas inovações em favor do Sudeste e Sul.

Ao se pensar o desenho do país resultante dos múltiplos aportes, internos ou externos, pacíficos ou agressivos, é central considerar o “poder de fogo” em economia global, neste caso uma rede produtiva estratégica, as oportunidades que abre e os imperativos a que responde;

- os semicondutores assumem hoje características semelhantes às chamadas indústrias industrializantes das décadas de 1960 e 1970 e, tal como estas, serão superadas por novas descobertas. Até lá, fazem parte do caminho incontornável para o progresso constante;

- o escasso número de produtores na litografia e separação mais avançada de terras raras revela atraso ou lentidão, não apenas no Brasil mas também a nível mundial, não sendo de admitir a hipótese de política deliberada de concentração, pois tal não interessa a ninguém. Problemas de recursos humanos altamente qualificados e hesitações perante riscos de capital, ou ainda desconhecimento do valor estratégico de tais procedimentos, parecem explicação mais adequada;

- são produtos que requerem grande abertura de mercados e intercâmbio científico, porém, são objeto de alto protecionismo nos países que já se adiantaram;

- não há nenhuma contradição de prioridades no desenvolvimento de toda a cadeia de processadores e outros desafios da conjuntura econômica e social. Pelo contrário, é ferramenta estratégica na expansão de

ambos os vetores, subida no patamar de desenvolvimento macro, geração de recursos e eficácia de gestão.

Resumo do trajeto

Temos, então, uma sociedade e uma economia gigantescas vivendo aos soluços (no duplo sentido da palavra), por isso mesmo exigem ritmo de crescimento também gigante e constante.

A temática do clima e ambiente é central até pela configuração brasileira. A Amazônia e o Pantanal têm recursos em água e florestas sem os quais, simplesmente, não haverá política global na matéria. A temática dos direitos humanos é essencial para dar sentido à cidadania; sem eles todos os projetos e discursos serão falsos.

São só alguns exemplos da luta política previsível. Muito dura até porque a configuração das forças políticas é areia movediça.

A designação oficial dos partidos como “legendas” corresponde a linguagem eleitoral oficial, no entanto, quando se analisa de perto verificamos que as legendas nem sempre são verdadeiros partidos políticos. São muitas vezes gabinetes eleitorais com fracas afinidades dentro delas próprias, elemento facilitador das articulações por quem está no poder ou possa vir a estar: tem mais para oferecer e, sobretudo, é conhecida a vontade dessas legendas em ficarem sempre “por cima ou, pelo menos, por dentro”.

No total do trajeto até aqui, há continuidade no perfil das lideranças políticas nacionais, dos postos chave da economia pública ou privada e dos altos comandos militares: permanece branco rico, num país de pesada herança colonial e maioria de população mestiça, definindo o conjunto daquelas lideranças como elite no sentido de faixa privilegiada, independentemente da ideologia e até da vontade de parte dela.

A nível cultural é que a reprodução desse elitismo sofreu derrotas e até abandonou largas faixas de combate, aceitando presenças de grande repercussão. Gradualmente foi cedendo sobre festas populares, visões não eurocêntricas na literatura e arte, incorporação na História de acontecimentos e atores muito tempo apagados e, mais recentemente, uma notável pluralidade de epidermes na televisão. Algumas concessões nas universidades ainda não foram suficientes para pôr termo ao elitismo reinante, persistindo na atitude de ligação às elites políticas ou participação nelas.

Ainda neste nível, é importante sublinhar dois aspectos contrários a algumas considerações superficiais:

- a criouldade, seja onde fôr, não é socialmente homogênea. Como qualquer sociedade humana é composta por classes, das pobres às ricas, revelando alianças entre elas quando o conjunto sofre ataques, sejam discriminações ou repressão. Também não é ideologia, apresentado todo o leque mundial ideológico ou de conjuntos de valores.

Apesar dos muitos obstáculos, o Brasil apresenta meios para construir um modelo de desenvolvimento durável e influente nas balanças mundiais, inicialmente permanecendo na linha de economia emergente, não limitada ao assistencialismo e urgências pontuais, capaz de liquidar os restos de colonialidade, os disfarces e a “conjugação sexo, raça, região” que mantém no fundo da pirâmide uma população numerosa. Por exemplo, ser mulher negra nordestina é viver no patamar mais baixo do IDH mundial.

Conquistar equilíbrio no convívio interno é imperativo buscado em todos os momentos de engajamento desenvolvimentista e nunca alcançado de forma prolongada. Quando for, estará ao alcance do Brasil deixar o colonialismo apenas na História, estimular um novo quadro econômico na América do Sul, talvez até no conjunto do Atlântico Sul.

A criouldade é base cultural de constante esforço visando equilíbrios e convívio, requisitos para um Brasil grande, não apenas na dimensão geográfica. Quer seja aceite explicitamente ou implicitamente nas maiores definições nacionais.

BIBLIOGRAFIA

Cassotti, Marsilio (2015) – “A Biografia Íntima de Leopoldina” – Planeta – São Paulo

Dória, Pedro (2014) – “1789 A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil” – Harper Collins – Rio de Janeiro

Laidi, Ali (2020) – “Histoire mondiale de la guerre économique” – Perrin – Paris

L’Estoile, Charlotte de Castelnau – “Páscoa Vieira diante da Inquisição” -Bazar do Tempo - Rio de Janeiro -2020

Lima Jr., Carlos; Schwarcz, Lilia e Stumpf, Lúcia K. (2022) – “O sequestro da Independência, Uma história da construção do mito da Independência” – Companhia das Letras – São Paulo

Mattos, Florisvaldo (1971) – “A comunicação social na Revolução dos Alfaiates” – Mestrado em Ciências Humanas – UFBA – Salvador (datilografada e digitalizada)

Mello, Evaldo Cabral (2011) – “O Negócio do Brasil” – Companhia de Bolso – São Paulo

Mott, Luís (2010) – “Bahia: Inquisição e sociedade” – Edufba - Salvador

Sites de IBGE, Exército Brasileiro, FMI.

ANOTAÇÕES AFRIBRASILEIRAS

Nos muitos caminhos cruzados entre Brasil e Angola (anos 1950 e 60)

1. Sobre Salim e “Cartas d’África”

Para os jovens escritores africanos dos anos 1950, o principal era produzir apesar da censura, das ameaças policiais e enfrentar o racismo, que marcava a relação colonizador-colonizado e aparecia implícito na palavra “assimilação”.

Combate cultural bem sucedido, na medida em que construiu termos de consciência nacional ou continental, inseriu na sua História a literatura oral tradicional e obrigou o poder colonial a uma mudança de estratégia.

Com efeito, a partir de certo momento, tudo o que este poder queria era amalgamar seus escritores baseados na África – arautos da colonização e da assimilação – com os escritores nacionais. Em Angola, procuraram atrair autores angolanos para seu campo e até organizaram um encontro assimilando escritores locais à literatura portuguesa. Foi boicotado pela larga maioria dos nacionais.

A difusão interna da produção era outro grande problema, mesmo em Cabo Verde, onde o movimento da “Clareza” tinha aberto as primeiras portas. Em Angola e Moçambique, muita coisa dependia da boa vontade

dos responsáveis pelas pequenas páginas culturais dos jornais autorizados, quase sempre portugueses. E algumas boas vontades surgiram, tanto em jornais como em iniciativas editoriais que abriram espaço a autores nacionais, incluindo os que eram perseguidos. Exemplo foi a coleção “Imbondeiro” em Angola.

Com prolongamento em Portugal mesmo, onde os escritores enfrentavam iguais problemas de repressão, as literaturas africanas ganharam algum interesse. Intelectuais importantes não alinhavam nas posições assimilacionistas e estudantes africanos nas universidades portuguesas lançaram na “Casa dos Estudantes do Império” um canal de publicação, artesanal primeiro e mais elaborado em seguida.

Tentativas de edição de autor, além das inerentes dificuldades financeiras, esbarravam na repressão. Foi assim com o primeiro livro de Luandino Vieira (então assinava José Graça), uma pequena coletânea de três contos, imediatamente apreendida, sobrando apenas três exemplares.

Vi um desses exemplares no começo da década de 60, nas mãos do próprio Luandino. Dos outros dois, um estava com o escritor Salim Miguel, que em Florianópolis conduzia a revista “Sul”. Salim, falecido em 2016, aos 92 anos, é escritor brasileiro nascido fora do Brasil, como Tomás Antônio Gonzaga, Clarisse Lispector e Otto Maria Carpeaux. Tem mais isso na criouldade verde amarela - os naturalizados.

No Brasil, seu número é reduzido na população total, sobretudo se comparado com países como os Estados Unidos, ao mesmo tempo que constituem o único segmento dos cidadãos nacionais discriminados legalmente. Através proibição de funções e menção explícita em documentos de identidade da sua condição de “naturalizados”.

Os quatro nomes citados correspondem a quatro brasileiros importantes na projeção cultural do país. Gonzaga não teve esse estatuto jurídico só por ausência de Estado independente. Salim Miguel interessa aqui por ter dado, a partir do Brasil, projeção a agentes culturais africanos perseguidos.

Através de um crítico literário residente em Moçambique, a “Sul” chegou ao contato de vários escritores de Angola e Moçambique e um de São Tomé e Príncipe que, desde 1952, tiveram trabalhos publicados na revista, assim transformada em única janela aberta para o mundo, verdadeira possibilidade de oxigênio fora do império sob controle da então ditadura portuguesa. Esse material é hoje um elemento de consulta indispensável para a história das literaturas dos PALOP, principalmente de Angola.

E não foi apenas publicação de textos, foi também a remessa clandestina de livros do Brasil para Angola. Já no século XXI, Salim Miguel publicou grande parte dessa

correspondência no livro “Cartas d’África e alguma poesia” (Miguel:2005).

Os importantes escritores e militantes angolanos Viriato da Cruz e António Jacinto eram os que mais livros pediam e, os títulos solicitados revelavam a busca que faziam, em 1956, para fundamentar suas propostas políticas. Além deles, correspondentes constantes, eram Luandino Vieira e Mario Lopes Guerra, de Luanda, Garibaldi de Andrade, que dirigia a “Imbondeiro” no Lubango, e Américo Carvalho, baseado na cidade portuária de Lobito.

Neste processo de contatos, outro escritor brasileiro, Marques Rebelo, teve grande importância, motivo pelo qual figura nas “Cartas” com uma longa “conversa carioca”. O professor português, Agostinho da Silva, exilado no Brasil naqueles anos longínquos, também agiu nesse sentido e é um bilhete seu que surge na contracapa.

Cícero Sandroni, da Academia Brasileira de Letras, que patrocinou a edição, assinala a importância da correspondência que chegava à redação daquela revista de Florianópolis “por meios inusitados e viagens às vezes rocambolescas, para burlar a censura, as cartas d’África, assinadas por escritores que lutavam pela independência, mas não descuravam o ofício literário e encontravam, em Santa Catarina, interlocutores ativos e interessados no intercâmbio de

ideias e na discussão de problemas literários e políticos”.

“Intercambio” é a palavra que Salim Miguel escolheu para introdução desse livro, que reproduz dezenas de cartas enviadas da África por escritores, parte dos quais ganharam grande dimensão literária e política.

No imediato pós segunda guerra mundial ele fundou com outros intelectuais, o Círculo de Arte Moderna do qual surgiu a revista “Sul”, na capital catarinense. Nessa altura, em Angola, reorganizavam-se os núcleos nacionalistas e a atividade cultural era um dos eixos de atuação, tendo a Sociedade Cultural de Angola como uma das bases de trabalho.

Para a nascente literatura angolana, sufocada por uma censura obscurantista, o balão de oxigênio foi vital e os livros recebidos do Brasil seriam dos primeiros a entrar na formação política de figuras que, na década seguinte, assumiram papel de primeiro plano, tanto na luta pela independência, como nos primeiros governos de Angola pós colonial.

Poucos anos após a edição das “Cartas” (ibidem), Salim escreveu, em 2013, um artigo ilustrado com algumas daquelas cartas manuscritas, publicado no jornal cultural angolano, “O Chá”. Em ambos os textos aparecem notas importantes, não apenas para aquela via de relacionamento Angola-Brasil, mas também para a própria História da luta pela independência angolana.

A “Sul” teve um impacto considerável no panorama literário brasileiro durante cerca de uma década e, sua chegada aos círculos literários angolanos era sempre motivo de comemoração: tinha furado o muro da repressão que cercava Angola. Mas nem tudo chegava. Salim conta no artigo de “O Chá” uma devolução grotesca pela PIDE (polícia política da ditadura salazarista) de exemplares da revista, considerados subversivos, com uma nota no melhor estilo pidesco (como se dizia na altura): “para a integridade, a segurança e a paz no país e nas colônias, temos o dever de abrir, de acordo com a legislação vigente, o que nos parece suspeito, e em caso positivo, incinerá-lo ou devolvê-lo” (Miguel:2013).

A permuta de escritores ligados à Sociedade Cultural de Angola (Viriato Cruz, António Jacinto, José Graça-Luandino Vieira, Mário Guerra e António Cardoso) com Salim Miguel e a “Sul” estendeu-se a outras áreas culturais brasileiras, por vias legais ou ilegais. Legalmente chegavam revistas do Brasil a Angola e alguma literatura; ilegalmente chegavam livros proibidos. Em 1960, com os preparativos insurrecionais avançados em Luanda, umas e outros eram lidos em muitas das redes clandestinas existentes.

Pouco depois do começo da guerra (1961), a Sociedade Cultural foi encerrada pela repressão e todos os escritores mencionados ou se exilaram ou cumpriram penas de prisão.

2.Sobre o Mabla

No fim do primeiro semestre de 1961, foi fundado o Movimento Afro-Brasileiro pró Libertação de Angola (MABLA), continuidade natural dos contatos precedentes, não apenas recentes, mas da longa História. Quando fundamos esse movimento não sabíamos que a sigla correspondente era idêntica à maior cadeia montanhosa do Djibuti: Montanhas Mabla. Sabíamos outras coisas e, entre elas, o valor da solidariedade.

O MABLA foi criado na União Estadual de Estudantes de São Paulo, em junho de 1961, por um grupo de amigos. A atividade desenvolvida ao longo de quase dois anos, manteve esse traço: grupo de amigos dedicados a informar o Brasil sobre o que se passava em Angola, fazendo propostas de apoio ao processo de libertação, então em curso pela via insurrecional.

Núcleo inicialmente reduzido, aumentava e diminuía consoante as reuniões e as tarefas, mantendo-se o grupo inicial sempre constante, composto por estudantes recém-chegados à Universidade, ou preparando-se para isso, nossas idades oscilavam entre 18 e 21 anos. Entre eles, basta aqui lembrar os nomes de Sylvio Band – que presidia o MABLA – Hermínia Tavares e João Ziccard. Dos mais velhos lembro dois portugueses: o jornalista Miguel Urbano Rodrigues e o engenheiro Myre Dores, antigo residente

em Angola, do qual eu ouvira falar nos meios clandestinos de Luanda.

Precisamente, minha participação tinha o perfil de testemunha ocular, chegado semanas antes da capital angolana e lá ter participado nesses meios.

A descontinuidade de presenças nas reuniões e tarefas, revela como o MABLA funcionava. Ao contrário de muitos grupos políticos, onde a militância é uma autêntica devoção, neste caso o engajamento era livre e o referido núcleo nunca exigiu mais que isso.

Tão importante como o papel dos ativistas (“regulares” ou “descontínuos”) foi o apoio de personalidades da vida intelectual e política, sobretudo de São Paulo, pelo seu impacto na opinião pública e valor ético.

Assim, o MABLA foi, acima de tudo, uma ideia e um símbolo. Tanto que seu eco se prolongou para além da existência efetiva. Podemos mencionar dois indicadores do impacto alcançado: assustou muito a ditadura salazarista que colocou agentes especiais na vigilância do grupo e tentou infiltrá-lo; repercutiu no seio dos movimentos e correntes de libertação nas então colônias portuguesas.

A História do MABLA teve dois momentos: a existência efetiva, coordenada, e a existência virtual posterior. No primeiro caso, fazíamos palestras, divulgávamos comunicados e convocamos uma manifestação de considerável repercussão. As palestras e comunicados eram divulgados pela imprensa, pontualmente, como ocorria com o “Estadão”, ou de forma sistemática por

um jornal de exilados portugueses, o “Portugal Democrático”.

A manifestação mencionada desenrolou-se, em novembro de 1961, no ginásio do Ibirapuera, na noite em que a seleção de Angola de hóquei em patins defrontava uma seleção brasileira.

Dois aspectos deram relevo a essa manifestação. Por um lado, a repercussão dos laços de solidariedade representados pelo MABLA e por outro, ter sido uma espécie de “divisor de águas” na participação. Sendo ato público não autorizado (erradamente nem se pediu autorização), a polícia efetuou várias prisões e, em seguida, alguns frequentadores ou apoiantes do MABLA reduziram suas presenças, apesar das detenções terem sido de apenas algumas horas.

Nas semanas seguintes manteve-se uma boa dinâmica informativa, porém, ao longo de 1962 o MABLA sentiu os efeitos da conjuntura nos dois países.

Os movimentos angolanos estavam com dificuldades para estabelecer nova estratégia de ataque, após as forças coloniais terem recuperado, em agosto de 1961, as localidades na zona cafeeira do Norte, ocupadas pela insurreição camponesa. Pior, irrompeu luta fratricida não só entre movimentos, mas até dentro deles, lançando uma crise do nacionalismo angolano (Chaliand:1966) só superada parcialmente anos depois e responsável, anos mais tarde, pela guerra pós colonial. Esta situação refletiu-se imediatamente nos

militantes angolanos então exilados no Brasil, dando lugar a diversidade de opções ou comportamentos.

Quanto ao Brasil, iniciava-se o período conturbado entre a renúncia de Jânio e o golpe de 1º de abril de 1964, exigindo maior militância fora do MABLA dos ativistas distribuídos por várias forças de esquerda e pessoas sem filiação partidária, envolvidas em movimentos sociais.

Assim, de começo de 1963 a pouco antes do golpe de 1964, o MABLA desenvolveu ação mínima, existindo graças ao constante trabalho de Sylvio Brand e ao apoio do “Portugal Democrático”. Apesar disso, a mensagem do período anterior deixou fortes traços e o nível geral de informação no Brasil sobre a luta angolana manteve-se muito acima dos anos 1950, nunca mais sendo possível ao lobby colonial português conquistar a opinião pública brasileira, nem mesmo setores importantes da classe política, limitando-se a mobilizar sua própria comunidade imigrante e alas muito direitistas do Brasil.

Bibliografia

Chaliand, Gérard – “Problèmes du nationalisme angolais” – in “Temps Modernes” – Paris – Août 1965

Ford, Richard T. - “Racial Culture” – Princeton University Press- 2005

Miguel, Salim – “Cartas d’África e alguma poesia” – Ed Topbokks – Rio de Janeiro – 2005

Miguel, Salim – “Legislação vigente” in “O Chá” – n/ 6 – Luanda - junho/julho 2013 -

Conversas com Senghor e Mandela (anos 70 e 90)

Na sequência deste “período MABLA”, conheci no Rio de Janeiro o embaixador senegalês, sobrinho do Presidente Leopold Sedar Senghor, no entanto, meu primeiro contato com este ocorreu pelo correio, a partir do Chile, onde fiquei uns meses após uma trip Rio - Buenos Aires – Lima – LaPaz – Antofagasta - Santiago. Este último trecho ocorreu na sequência de ter sido devolvido a La Paz, em Arica (norte do Chile), devido a exigências que eu desconhecia. Exilados, deslocados, refugiados ou simples emigrantes passam, frequentemente até hoje, por estas humilhações: se julgam cidadãos como os demais, mas muitos dos demais os discriminam. Discriminação grave se vem de repartições com poder. Felizmente que também há o oposto. Dois funcionários bolivianos muito solidários por terem experiências semelhantes, fizeram tudo para validação de documento no qual os chilenos colocaram visto (após espera de três meses) e com ele iria solicitar visto senegalês no Consulado da França, pois o Senegal não tinha representação diplomática própria.

Este fato complicava a obtenção de visto para Dakar. Escrevi diretamente a Leopold Senghor e fui surpreendido com resposta rápida pessoal dele, informando ter instruído o consulado francês para me conceder o visto. Pouco antes, ainda em Santiago do Chile, conheci o Padre e economista francês, Louis

Lebret, muito influente nas formulações socioeconômicas do Vaticano e fundador do IRFED, instituto de formação e estudo sobre desenvolvimento, em Paris, onde eu faria, em 1967/68 (apanhando a totalidade da insurreição estudantil de maio 68) dois semestres de apoio a meus estudos na também parisiense Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais.

Eu já tinha contato com a congregação dos Dominicanos há muito tempo, desde o Rio de Janeiro, e voltei a ter em La Paz. Em Santiago, Lebret, também da mesma congregação, me indicou o Padre Luc Moreau, Superior em Dakar do convento dos Dominicanos e intelectual da esquerda católica, expressão muito usada naqueles anos, posteriormente em desuso por opção dos próprios, determinados em separar opção política e fé religiosa.

Entrei na Universidade de Dakar com meios de subsistência decorrentes de nomeação em 1 de abril de 1967, na qualidade de técnico (na verdade, auxiliar de pesquisa) do Institut Fondamental d'Afrique Noire (IFAN). Foi meu primeiro emprego em meio acadêmico, com um pequeno salário que, apesar disso, garantia subsistência e cobertura das despesas pessoais inerentes ao trabalho político, ajudadas por vezes com pequenas doações. O Reitor da Universidade era o Professor Paul Teyssier, doutorado em Português e Literaturas de língua portuguesa, o IFAN dirigido por um antigo resistente antifacista, Vincent Monteil, enquanto Cheick Anta Diop dirigia o laboratório de Carbone 14 do Instituto. Ele daria o nome à Universidade após falecer.

Como pesquisador visitante estava lá o historiador baiano, Paulo de Morais Faria, mais tarde docente da Universidade de Zaria (norte da Nigéria) e da Universidade de Birmingham (Reino Unido), onde se fixou e afirmou como um dos maiores conhecedores brasileiros da História da África. Repartiamos a mesma sala de trabalho com um líder estudantil senegalês, Abdoulaye Bathily, mais tarde político e diplomata de grande destaque em missões difíceis e arriscadas, ao serviço da ONU.

Formamos um trio de amigos. Naquela altura, eu hesitava entre sociologia e geografia, acabando por enveredar pela Geoeconomia até hoje.

Com o Presidente Senghor falei rápida e pessoalmente durante uma visita dele ao IFAN, ainda em 1967, quando ele decidiu me atribuir um passaporte senegalês de serviço – portanto, com cobertura diplomática – peça de grande utilidade e importância naquelas circunstâncias. Pelo menos, reduzia os riscos nos momentos de deslocação.

Significativo é o fato dos funcionários encarregados de darem forma aos dois documentos de identidade pessoal, eram um ex exilado boliviano e um ex colonizado senegalês.

Pouco tempo depois, foi nomeado embaixador do Brasil no Senegal o escritor e diplomata João Cabral de Mello Neto com quem tive longos diálogos sobre a África e o Brasil de então. Discordamos sobre a missão do ministro das Relações Exteriores, Gibson Barbosa, a

nove países africanos, em 1972, iniciada no Senegal, objetivando passar outra imagem do Brasil para África e, sem declarar abertamente, suscitar ou mediar uma aproximação entre a ditadura lusa e países africanos, sobre a descolonização. Eu me baseava em três motivos: na altura, tudo para África girava em torno da luta contra o derradeiro império colonial e as sanções contra o apartheid, portanto, mudança de imagem implicava declaração franca do governo brasileiro condenando o regime colonial português (o que não ocorreu, como facilmente previa); neste ponto central, a boa-fé de Barbosa só seria considerada na África se ele falasse com os atores principais, os movimentos em luta pelas independências, como faria o Vaticano; a ditadura portuguesa não queria negociar nem a descolonização nem a democratização do próprio Portugal.

João Cabral, provavelmente, não tinha ilusões na matéria. Cumpria sua função diplomática. Aliás, menos de dois anos depois a ditadura salazarista foi derrubada, apanhando Brasília totalmente de surpresa.

Já dei algumas entrevistas ao longo da vida – um dia talvez faça um apanhado e publique – mas neste trabalho é mais importante resumir entrevistas que me foram concedidas por personalidades de relevo, nas minhas longas Campanhas – é a melhor definição – pelos direitos humanos na América Latina, contra o último império colonial na África e o apartheid.

Em 1974, eu pensava que a queda do império colonial português ia normalizar a vida interna dos novos PALOP, podendo encerrar esse lado das Campanhas e

voltar de vez ao Brasil, transformando as anotações de então em estudo universitário das relações – sobretudo econômicas – América do Sul-África Austral. Infelizmente não foi o que aconteceu, ainda foram necessários mais alguns anos.

Nesse mesmo ano, aproveitando viagem do Brasil para Angola (ou de Angola ao Brasil?) passei de novo pelo Senegal e pela Mauritânia (onde também tinha feito um período no início dessa década) e dado o interesse do jornal angolano “Diário de Luanda”, (já não existe), em período de transição para as independências dos atuais PALOP, entrevistei os dois presidentes. O mauritaniano Mocktar Ould Daddah deu-me audiência presencial e o senegalês Leopold Sedar Senghor pediu as perguntas para responder detalhadamente por escrito, texto levado pessoalmente a Angola pelo embaixador senegalês no Gabão, dois ou três meses depois.

Teve a grande vantagem das respostas (incluindo vírgulas e aspas) terem sido escritas pelo próprio Senghor, fazendo da entrevista um texto dele traduzido para português

O “Dário de Luanda.” traduziu e publicou com todo o destaque, na edição de 21 de fevereiro de 1975. Transcrevo aqui três perguntas e repostas, estando o original da versão completa em francês nos arquivos pessoais e familiares de Senghor. A versão publicada em português está na Hemeroteca de Lisboa, que me autorizou a fazer cópia fotografada.

Transcrevo na linguagem usada pelo “Diário de Luanda”, apenas atualizando com o Acordo Ortográfico.

Algumas das perguntas a Senghor e suas respostas

Pergunta: A Negritude continua a parecer-lhe uma teoria sempre válida ou, como dizem alguns de seus adversários, está atualmente desmentida pelo aparecimento de classes e luta de classes na própria África?

Senghor: A “Negritude” continua a ser uma teoria sempre válida, como é qualquer valor da civilização. Contradizem-nos por ignorância, má fé, mas raramente após reflexão.

É certo que a palavra assusta os não avisados que não lhe dão o seu conteúdo, o seu sentido exato. A “Negritude”, que os anglófonos designam sob a expressão de “african personality”, não é senão a fachada “negra” desta personalidade, sendo a outra a arabo-bérbere.

Deverei recordar que a “Negritude” não é racismo? Se ela se fez violência nos primeiros anos de sua ilustração militante, isso recobria uma atitude tática, nada mais. Aos males de então, era necessário um remédio apropriado. Uma questão de conjuntura.

A “Negritude” é a personalidade étnica negro-africana, “o conjunto dos valores culturais do mundo negro”: uma realidade. Não poderia ficar ultrapassada. Os fatos

constantes provam que ela leva sua contribuição singular, mas eficaz, à “Civilização do Universal”, que ela fecunda.

Como humanismo, a “Negritude”, não pode ser desmentida pelo aparecimento das classes e da luta das classes em África. É ir longe demais assimilar a sociedade africana, tal como ela é, à sociedade europeia de hoje. Falando propriamente, não há classes nem luta de classes entre os “grupos socio-profissionais” neste continente. Distingue-se nele um embrião de elite, fortemente enraizado na Terra-mãe, e uma massa campesina que ele muitas vezes enquadra. A África é socialmente monolítica, exprimindo-se por uma civilização característica: a “Negritude”.

Mas, que nos percebamos bem: diferença não é oposição. A nossa atitude perante o Mundo refuta a agressividade. É toda de fraternidade, baseada na necessária complementaridade das nossas contribuições para a “convergência panhumana” deste século.

P: A que deve atribuir-se, na sua opinião, a persistência do subdesenvolvimento no Terceiro Mundo?

S: Como sabe, postas de parte as considerações ideológicas, o Mundo divide-se em dois: de um lado o mundo industrial e, do outro, as nações pobres, o Terceiro Mundo. Trata-se aqui de um conjunto de países que representam dois terços da Humanidade e caracterizado por economias primárias.

Como tenho dito já muitas vezes, o grave problema com o qual se confronta o conjunto dos países do Terceiro

Mundo é a “deterioração dos termos de troca”. Este problema pode ser formulado simplesmente desta maneira: as matérias e os produtos manufaturados importados dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento veem seus preços aumentar de ano para ano, ao passo que as matérias-primas e os produtos manufaturados exportados dos países pobres para o mundo industrial têm preços que baixam de ano para ano.

A persistência do flagelo e de outros males a ele ligado, procede da recusa obstinada das nações mais ricas em organizar os mercados internacionais dos produtos de base, que são o essencial dos recursos do Terceiro Mundo. Este fenômeno mundial é a fonte essencial das dificuldades financeiras que atualmente atravessam os países do Terceiro Mundo. Em ligação com esta verdadeira epidemia econômica, existe a diminuição, em valor, do auxílio dos países ricos aos países pobres.

Enquanto a “II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento”, reunida em Nova Delhi, em 1968, fixava, na sua resolução, em 1% do respectivo PNB, o montante do auxílio que os países deveriam conceder aos países pobres, esse auxílio não cessa de baixar em valor relativo. Por outro lado, existe a deterioração contínua do sistema financeiro internacional, que exerce influências nefastas sobre nossas economias, principalmente pelo jogo da inflação generalizada.

Assim, se os atrasos técnicos do Terceiro Mundo e os “handicaps” estruturais representam,

inconstestavelmente, um travão ao desenvolvimento, resta que a inexistência de uma ordem económica internacional justa, excluindo qualquer troca desigual, constituiu o “handicap” principal para as nações proletárias.

P: Após o acordo de Mombaça e a abertura das negociações com Portugal qual é a análise que o senhor presidente faz da situação em Angola?

S: Em Mombaça, em 3 de janeiro, os dirigentes dos Movimentos angolanos de Libertação conseguiram chegar a acordo acerca de alguns pontos fundamentais [...]

A formação de um Governo de Transição é uma etapa fundamental, no decurso da qual deverá realizar-se a fusão das forças militares dos três movimentos, a evacuação das forças portuguesas e as eleições livres que consagrarão a independência do território de Angola.

É por isso que eu penso que os responsáveis dos três Movimentos de Libertação de Angola devem ultrapassar seus diferendos, mesmo ideológicos, para conseguirem uma verdadeira descolonização. A unificação dos Movimentos das forças de libertação é a própria condição da unidade nacional. Esta unidade deve ser encarada de uma maneira democrática e pacífica, como um assunto interno da nação angolana, isto é, fora de qualquer ingerência e pressão exterior, qualquer que seja, de acordo com o princípio específico da independência. Portanto, desejo, pelo meu lado, que os

três Movimentos em questão transformem o seu recente acordo conjuntural em acordo durável. Porque não formariam eles, por exemplo, um “partido unificado”, que tomaria a seu cargo, numa base nacional a independência do jovem Estado? Foi o que fizemos no Senegal onde a “União Progressista Senegalesa” provêm da fusão de cinco movimentos de esquerda. E acontece, precisamente, que os três Movimentos angolanos se dizem todos, mais ou menos, do “socialismo” e da “democracia”.

[...]

O que está em jogo é demasiado importante. O verdadeiro combate pela independência não começa realmente senão após a proclamação da independência. É preciso, por outro lado, tomar consciência do fato que a descolonização de Angola não pode ser considerada um fenómeno isolado: há o contexto da África Austral. Assim como a independência de Moçambique teve uma forte influência na evolução da questão rodesiana, o acontecimento de Angola independente vai permitir colocar o problema da Namíbia no seu verdadeiro contexto político.

Comentários de hoje

A entrevista com Leopold Senghor talvez tivesse, no meu subconsciente, o significado de encerramento de

um ciclo. Porém, as independências dos PALOP deram lugar a regimes ditatoriais até começo dos anos 90 e, no caso angolano, a uma violenta guerra civil que iria até começo do século XXI, com dois intervalos curtos. Na primeira fase dessa guerra, Angola seria palco de confronto da ainda “guerra fria”, com intervenções de Cuba e da África do Sul de apartheid, ao contrário do que Senghor desejou e afirmou na entrevista. Nenhum acordo foi respeitado e cada um dos movimentos procurou esmagar seus parceiros militarmente. Até princípios básicos, como a definição de nacionalidade, foram, mais tarde, alterados.

Com o recuo do tempo vale fazer aqui algumas breves anotações sobre as respostas de Senghor.

Sobre a negritude, ele tem razão ao afirmar que não se trata de um racismo, porém, a afirmação, dele próprio na fase inicial do conceito, de que “a razão é helênica e a emoção negro-africana”, estabelece uma divisão racificada do comportamento humano. Muitos círculos africanos e de outros continentes assinalaram o risco de Senghor ter ajudado racistas que apontavam os negro-africanos como desprovidos de razão. Partidários de Senghor justificaram, situando a frase no âmbito das teorias surrealistas, para as quais a emoção não é inferior à razão. Porém, não se trata de saber qual das duas é superior – todos os seres humanos são portadores de ambas - o mais grave é fixar, com aquela imagem, linhas raciais entre ambas.

Outro problema residia na sua definição da negritude como “a personalidade étnica negro-africana”, pois

colidia com a grande pluralidade étnico-linguística africana (como dos demais continentes), incluindo a relativamente grande mestiçagem em zonas insulares e na África Austral. A afirmação senghoriana de monolitismo social na África e sua proposta de partido unificado em Angola acrescentaram força às críticas. Não é concebível que condições de vida e posição de poder sejam as mesmas entre banqueiros de Dakar ou Lagos e camponeses do Senegal ou Nigéria, ou sequer entre chefes de serviços públicos e habitantes de bidonvilles ou slams dessas duas cidades. Dois exemplos presentes em toda a África. Em qualquer continente, nenhuma sociedade é monolítica, isenta de conflitos sociais.

Apresentar como exemplo a União Progressista Senegalesa (UPS) representava elogio ao sistema de partido único – portanto, ditadura – que o próprio Senghor abandonou ao lançar, como precursor continental pouco tempo depois, o sistema multipartidário no seu país e mudar o nome de sua formação política para Partido Socialista (PS).

Em relação ao subdesenvolvimento, a resposta de Senghor traduzia os grandes problemas do então Terceiro Mundo, com prolongamentos até hoje. A “deterioração dos termos de troca” têm agora outro perfil, persistindo os desequilíbrios no relacionamento geral entre países com estágios diferentes de desenvolvimento, enquanto a inflação volta a ser problema global. Nestes aspectos de Economia, o Senegal contava com um relevante centro de pesquisa

e ensino das Nações Unidas, o Instituto de Desenvolvimento e Planificação (IDEP) que repercutia para toda a África esse debate mundial. Era o período de elaboração da “teoria da dependência”.

Nesse contexto, em finais da década dos 60 e começo dos 70, decorreu um intenso diálogo entre cientistas sociais africanos e latino-americanos, culminando com uma conferência no IDEP, que contou com a presença, entre outros, dos brasileiros Celso Furtado, Theotónio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso.

As decorrentes análises repercutiam fortemente na Presidência da República senegalesa.

Por essa altura eu era estagiário do IDEP, obtendo apoio teórico à preparação (interrompida) do doutorado de terceiro ciclo, no sistema universitário francês daqueles anos, tendo como professores Samir Amin (Egito), Bernard Founou (Camarões), Hector Michelena (Venezuela). Ao mesmo tempo, o estágio constituiu um dos momentos em que mais transmiti na África estudos de autoria brasileira, sobre diversos aspectos do subdesenvolvimento e experiências de ações pelos direitos humanos nas Américas.

Era também um período de intensa agitação no movimento estudantil de vários países, conduzindo a muitas Campanhas militantes, uma das quais me levou para longe de Dakar largos meses, daí não ter assistido a esse encontro, dos mais importantes até hoje entre intelectuais dos dois continentes.

Após os acordos de Nova York (22 de dezembro de 1988) para retirada dos cubanos de Angola e sul-africanos da Namíbia, reforçados pela queda do muro de Berlim (9 de novembro de 1989), o centro principal foi-se deslocando, primeiro para Namíbia e em seguida para a África do Sul, sobretudo na sequência da libertação de Mandela (11 de fevereiro de 1990).

A entrevista com Nelson Mandela ocorreu em 26 de setembro desse mesmo ano, cerca de sete meses depois de ter saído da prisão de Victor Vester, na sequência de longos anos em Robben Island, ilha que a partir de 1996 eu veria todos os dias da janela de meu apartamento na Ocean View Drive, de Cape Town. Longa conversa, a primeira publicada com ele em português, da maior importância nas Campanhas contra o racismo, nesta língua. O contato foi feito por Manuela Castro Moura que também participou da entrevista na sede provisória do ANC. Saiu dois dias depois no jornal português “Público” que financiou minha viagem. Foi o único que acreditou na viabilidade do projeto num momento em que Mandela era o homem mais solicitado do mundo para entrevistas.

No mesmo ano, Edouard Glissant publicou a primeira edição de seu “Poética da Relação”, no qual diz que a “terrível acuidade da sua luta [dos negros sul-africanos] leva-os, por mais insensível ou caoticamente que isso se faça, ao encontro dos mestiços, dos indianos, dos

brancos, ensina-lhes o sentido da Relação. Nelson Mandela é um eco-mundo.” (Glissant: 1990, edição em português 2021).

Cheguei a Joanesburgo com a grande onda de violência nos subúrbios ameaçando as negociações que conduziriam, ao cabo de quatro anos, às eleições democráticas.

Também transcrevo conforme o estilo do jornal, inserindo o Acordo Ortográfico.

Algumas das perguntas e respostas de Mandela

Pergunta: Qual é, de fato, a posição do ANC perante o recente surto de violência, e que consequências poderá ele ter sobre a continuação do processo de negociações?

Nelson Mandela: Continuamos a respeitar o nosso compromisso com o processo de paz. É uma iniciativa importante, que corresponde ao interesse de todos os setores da nossa população, e estamos determinados em que se faça toda a luz sobre estes esquadrões profissionais, altamente treinados, que matam nosso povo. Mas, ao mesmo tempo, gostaríamos de lembrar que é obrigação do Governo manter a lei e a ordem e que ele está falhando nesta questão.

Esta é a única ameaça ao processo de paz. Porque nós acreditamos que o Governo está relutante em cumprir o

dever de acabar com a violência, seja qual for causa. Coloca-se, pois, a questão de sua boa-fé.

Assim, nosso povo pede para ser armado porque as pessoas dizem estar a ser mortas, não apenas pelos “vigilantes” negros, mas também pelas forças de segurança. Estas forças e os “vigilantes” não são só uma forma de cobrir a atividade das forças de segurança.

P: Nestas condições, o futuro das negociações está ameaçado?

NM: Foi o que eu já disse. O perigo para o processo de negociações decorre do fato de o Governo não cumprir sua obrigação, que é dominar as forças responsáveis por esta violência. É isto que ameaça as negociações.

P: O ANC pode recomeçar a luta armada?

NM: Tudo é possível quando o Governo falha na defesa do povo. Nós já mostramos nossa boa-fé, suspendendo a ação armada. O Governo quer, claramente, que se operem mudanças fundamentais e que o processo de paz seja bem sucedido, mas sob suas próprias condições. Parece que eles estão preocupados com a emergência de um ANC muito poderoso, sobre o qual não teriam controle. E mesmo que não estejam diretamente envolvidos nesta violência, parece-me que a atitude deles é de “deixa andar”, porque isso lhes serve o objetivo de enfraquecer o ANC.

P: A direita conservadora pode, ou não, participar nas negociações?

NM: Pela nossa parte, todos os grupos que queiram participar no processo negocial são bem vindos, incluindo a direita conservadora.

P: Qual é o seu conceito de nacionalização, em termos económicos, e que setores pretende o ANC nacionalizar?

NM: Na Carta da Liberdade, que foi aprovada em 1955 e contém as linhas mestras da nossa política, a nacionalização é considerada uma necessidade para o setor mineiro, monopólios industriais e instituições financeiras, mas é um assunto para ser trabalhado com os homens de negócios. Nós somos políticos, não somos economistas nem financeiros. Se se verificar que a nacionalização de uma certa indústria, em particular, é necessária, criaremos uma comissão que estude as modalidades de sua aquisição pelo Governo.

Podemos adotar formas de participação de 51/49 por cento, em ambos os sentidos, ou podemos limitar a parte do Governo a 33 por cento. Tudo dependerá das recomendações de cada comissão de especialistas.

P: Que apreciação lhe merecem as questões de Angola e Moçambique?

NM: A situação de Angola é muito preocupante e nós desejamos que seja resolvida pacificamente. Também nos regozijamos com o fato de as negociações entre o Governo angolano e a UNITA estarem a decorrer em Lisboa. É um desenvolvimento positivo.

Quando estive no Zaire [atual República Democrática do Congo], discuti o assunto com o Presidente Mobutu, que

me prometeu tomar medidas para a aproximação de ambas as partes.

P: Vários países africanos estão a se orientar para o multipartidarismo. Em sua opinião é positivo?

NM: Sim, é. Não quero imiscuir-me nas questões de cada país, mas, para mim, é muito positivo, porque acredito no sistema multipartidário.

Comentários hoje

A Carta da Liberdade permanecia, portanto, o documento base do pensamento de Mandela, daí decorrendo aliás, seu apoio ao multipartidarismo, à gestão responsável da economia, à criação de ambiente não racial e contra a violência na sociedade.

Voltei à África do Sul em 1993. Do ponto de vista acadêmico, como estudante da excelente University of Cape Town, visando atualização indispensável à retomada do meu processo de doutorado. Também deste ponto de vista, passei um período como pesquisador no Centro de Estudos da África Austral da University of the Western Cape e membro do comitê executivo do Conselho para o Desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA), baseado em Dakar, onde ia sempre que o comitê tinha reuniões.

Do ponto de vista comunicativo, aumentaram muito solicitações de mídia, com alto relevo para um convite a

colaboração regular em uma rádio emitindo para África, que mantenho até hoje.

Quanto à condição de “campanhista” (em inglês, campaigner), tive um período de ligação à Federação Internacional das Ligas dos Direitos Humanos (antes estivera em contato direto com Anistia Internacional), tendo o surgimento e expansão da internet permitido agir pontualmente, em situação que, afinal, prefiro: franco atirador, quer dizer, sozinho ou quase. Talvez por algum traumatismo decorrente destas décadas. Não se passa por elas sem ele de alguma forma. Como disse John Steinbeck “estar vivo a sério é ter cicatrizes”.

Madiba iniciou seu mandato em 1994 concluindo em junho de 1999, ano em que a guerra de Angola estava decidida, embora se tivesse prolongado em mais baixa intensidade por um pouco mais de dois anos.

A África do Sul permaneceu (e permanece) no reduzido número de Estados democráticos africanos, mas marcas raciais – desde opções políticas, zonas de habitação, preferências por modalidades esportivas, locais recreativos, etc. – persistem. As desigualdades de renda com base na raça diminuíram com a emergência da classe média negra, mas estão longe de desaparecer e a larga maioria dos pobres são negros. A gestão econômica piorou perigosamente após Mandela deixar o poder sem se candidatar a segundo mandato, como podia ter feito, enquanto a violência dos “vigilantes” mencionados na entrevista, prosseguiu a nível do delito comum, surgindo, já dentro do século XXI,

a brutalidade da xenofobia organizada contra imigrantes de outros pontos da África.

Logo depois de final do mandato de Madiba voltei, então, ao Brasil e, com muito atraso e idade, entrei no programa de doutorado do CPDA da UFRRJ, defendendo em 2003 tese sobre água com base em dois trechos de rios: o Cunene, na fronteira Angola-Namíbia e o Uruguai, na fronteira Brasil-Argentina.

Voltei a Angola e África do Sul algumas vezes, a última das quais como observador internacional nas eleições angolanas de 2017. Minha mais recente ida à África (considerando que escrevo em abril de 2024, em Niterói) foi em 2018, a Cabo Verde, arquipélago crioulo. Nomade por natureza, a qualquer momento posso aparecer em qualquer um desses países. Visitar lugares e amizades.

Mídia brasileira e África

Embora a mídia em geral seja criadora de opiniões e visões, em relação à África a mídia brasileira reflete as percepções da sociedade, marcadas pelo estereótipo. Para a maioria dos brancos ela é um continente de guerras intermináveis e gente incapaz de governar. Para a maioria dos negros é um paraíso ou, no mínimo, um imaginário essencial. Estes elementos têm importância em todas as Américas, porque o significado da África apresenta fortes prolongamentos internos, tanto na composição demográfica como nas formações culturais dos vários países.

Aquelas duas percepções de base são grosseiramente falsas. É no continente africano que se travam algumas das mais importantes e duras lutas pela democracia, não noticiadas no Brasil. Por outro lado, movimentos da sociedade civil e alguns governos apresentam análises e propostas que seria de interesse nacional e mundial conhecer.

Dois pequenos países insulares, considerados inviáveis no momento das independências, Maurícia e Seicheles, têm posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima do Brasil. O Botswana, também assinalado como inviável, tem uma das melhores médias mundiais, em décadas, sobre taxas de crescimento do PIB.

A produção literária e artística em geral revela um alto nível de criatividade. O mercado mundial traduz, neste momento e nesses itens, repercussão africana

equivalente à brasileira. Nos rankings acadêmicos mundiais, a Universidade de Cape Town (África do Sul) está num destaque estável, ao contrário de outras de diversos países, muito faladas mas em recuo e até degradação.

Isto configura paraísos? Claro que não. África é o continente com mais altas percentagens de pobreza e miséria, a ponto dos piores lugares no IDH mundial serem ocupados por países africanos. O número de ditaduras ou regimes autoritários disfarçados têm na África os exemplos mais extensos, quase sempre acompanhados de corrupção sistêmica. Muitos militantes em luta contra o racismo no Brasil acabam por elogiar regimes sob os quais jamais quereriam viver.

Segundo o relatório 2024 da Freedom House, apenas 9 dos 54 países africanos vivem em regimes livres (pela ordem Cabo Verde, Maurícia, São Tomé e Príncipe, Ghana, África do Sul, Seicheles, Namíbia, Botswana e Lesoto), estando os restantes sob ditaduras ou situações híbridas, parte das quais muito longas.

Assim, a ética aconselharia a considerar a África como um continente de combate duro entre ditaduras e movimentos democráticos, entre regimes predadores e projetos de desenvolvimento, às vezes produzidos pelas entidades de integração das cinco macrorregiões, às vezes resultados da pesquisa e muitos riscos por grupos das sociedades civis africanas.

No âmbito deste trabalho é relevante o bom desempenho, naquele ranking da Freedom House, dos

países abertamente de cultura crioula ou com elementos de criouldade. Cabo Verde, Maurícia, São Tomé e Príncipe e Seicheles, no primeiro caso, África do Sul e Namíbia no segundo.

Não quero dizer que a criouldade gera sempre regimes democráticos – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Seicheles, passaram períodos ditatoriais e, se olharmos para a América, Haiti tem vivido a maior parte de sua História sob esses regimes, apesar da sua criouldade oficialmente reconhecida.

Os quatro arquipélagos africanos mencionados foram palco de prolongadas campanhas pela democratização, tal como Ghana. Os quatro países continentais afro-austrais, conseguiram fazer coincidir a independência, ou fim do regime racista, com democracia. No plano racial há designações comuns África do Sul-Namíbia, como a de “Coloured” para designar mistura racial, acrescentando-se na Namíbia um tipo de mistura nomeado por “Basters”.

É apenas constatação de pesquisa, sem significar necessariamente acordo nessas designações.

O conhecido escritor sul-africano André Brink via a língua afrikaans como forma de língua crioula e um personagem criado por Raphael Confiant, no romance “Le Nègre et l’Amiral”, afirma “No fundo quem somos nós senão bastardos? Muito bem, reivindicamos nossa bastardise como uma honra sem procurar, como os békés [brancos martiniqueses], antepassados heroicos numa Guiné quimérica ou na Índia eterna”.

Por outro lado, nas transposições brasileiras de elaborações africanas, são criadas confusões próximas da fake news. Por exemplo, a palavra negritude aparece como significando automaticamente “população negra”. Na verdade, é uma teoria filosófica que desempenhou um papel importante na luta pela afirmação africana e caribenha antes e a seguir à segunda guerra mundial, mas que a partir dos anos 60 passou a ser duramente criticada pela esquerda africana.

Wole Soyinka, escritor nigeriano Prêmio Nobel, fez-lhe uma comparação sarcástica com o tigre, que não fala de tigridade mas derruba sua presa. Stanislas Adotevi lançou-lhe uma crítica feroz no clássico “Négritude et Négrologues”, centrada na trajetória política de Leopold Senghor - que Adotevi acusava de favorável ao neo-colonialismo - e ainda na mencionada divisão racial entre razão e emoção, ao mesmo tempo que ironizava sobre intelectuais europeus classificando-os de “negrólogos”, expressão decorrente de sociólogos, antropólogos, etc,

No prefácio à segunda edição do livro de Adotevi, o intelectual e político congolês, Henri Lopes, enfatiza a negatividade do papel dos “negrólogos”.

Mais tarde, a tendência maior evoluiu para sublinhar a negritude como momento histórico importante, inclusive na formulação de ideias que a superaram e, recentemente, Achille Mbembe propôs o afropolitanismo (junção de afro com cosmopolitismo), Kwame Anthony Appiah fala simplesmente de

cosmopolitismo, Chimamande Adichie não vê motivo para acrescentar afro ao seu feminismo.

Mbembe trabalha com a hipótese de criouldade nas justificações de seu posicionamento.

Todos os seres humanos são igualmente dotados de razão e emoção e todas as sociedades têm contradições e diversidade de opções. Por isso os direitos humanos, tal como expostos na Declaração Universal, são precisamente universais.

Esse é, aliás, o sentido da luta democrática em andamento no continente africano e que merece mais consideração internacional.

Fanon, máscaras e prioridades

Duas importantes eleições realizadas em 2022 mostraram, de forma como sempre velada, a “raça” na propaganda. Importantes por se tratar da Itália e do Brasil, escrutínios com evidente impacto para além de suas fronteiras. Num caso, abrangendo a União Europeia e no outro impactando na América do Sul e nos falantes de português.

A propaganda da extrema-direita italiana (ou de qualquer extrema-direita, inclusive a africana), tem a “raça” como central nos discursos mobilizadores e, por vezes, até condição de cidadania. No Brasil, inclui o artifício de mudar de “raça” – operação corretamente designada como “afroconveniência”, forma avançada de oportunismo - para atrair eleitores ou audiências e obter mais financiamentos, destinados legalmente a partidos que apresentem mais candidatos negros, mestiços, ameríndios e mulheres em geral.

Estes financiamentos são grandes estímulos para aumentar a representatividade de grupos historicamente desfavorecidos. Destruir o racismo – seja institucionalizado, estrutural ou marginal – é combate a ser travado junto com a superação da ignorância, obscurantismo, pobreza e dependência econômica entre países e dentro dos vários países.

Vêm de longe estas colocações. Na primeira grande vaga de descolonizações, Frantz Fanon fez várias delas, baseando-se na participação efetiva em luta levada aos

extremos. Já antes dessa participação tinha escrito um livro base de muitas reflexões: “Pele Negra Máscaras Brancas”. Nas leituras de Fanon durante os combates antiterroristas e anticoloniais dos anos 60 a 80, encontramos fortes motivos recentes para ligar a crítica fanoniana a práticas governativas que, como vemos hoje, prolongam subalternidades em todos os continentes, ou a propostas de grupos visando fragmentar o campo antirracista, na medida em que a racialização nunca deixou de fazer parte das forças mais opressivas, quer seja em países ocidentais, orientais, africanos, latino-americanos e caribenhos.

Olhando bem à luz do pensamento de Fanon, raça é sempre máscara, mascarando a História, usando-a como pretexto de inferiorizações, diferencialismos sistemáticos ou supremacismos.

Fanon nasceu no Caribe, sua vida como psiquiatra na Argélia produziu integração nesse país e, mais tarde, grande porta-voz da respectiva luta pela independência. Esse dado em si já é importante para este texto: sua vivência incorpora elementos políticos e culturais bastante variados e, ao assumir-se como argelino, passou também à situação de naturalizado.

Como na maioria desses casos, contou, acima de tudo, a profunda integração, condutora a algo semelhante ao “vou-me embora pra Passárgada” (Manuel Bandeira) mesmo sem ser amigo do rei nem de cortezãos/cortezãs e até ser visto como anormal por muitos súditos. O importante é a presença também de muitas

cordialidades e algumas fortes amizades debaixo daquele céu, naquelas ruas, estradas e águas.

Provavelmente esta psicologia influi nas respostas da pesquisa efetuada por Joelle Zask sobre as razões de se preferir determinado lugar para viver, “Se tenir quelque part sur la terre” (ed. Premier Parallèle, Paris, 2023). A tradução desse título pode ser “Ficar em algum lugar da Terra”, “Se manter em algum lugar na Terra” ou até “Resistir em algum lugar da Terra”.

Fanon não ignorava sentimentos racistas na sociedade argelina em relação aos negros, como os existentes em outras partes do mundo. Uma vez mais, Confiant assinala esse conhecimento na autobiografia imaginada de Fanon (ambos nasceram na mesma ilha), “L’insurrection de l’âme” (Insurreição da alma). Sua opção apesar disso, significa ligação sem calculismo, enfrentando esses defeitos ou coexistir com eles, de qualquer forma existentes por toda a parte. Nascido na crioulidade, Fanon optou pelo lugar da Terra onde se sentia melhor e com mais afinidades. Não viveu para ver seu novo país independente, portanto não sabemos como reagiria aos fatores “máscara” pós coloniais que, no contexto argelino, se traduzem até hoje pela predominância de autoritarismo, de origem no militarismo ou no islamismo político.

O conteúdo de “Os condenados da Terra” não permite concessões a regimes opressores, pois revela a “obsessão” fanoniana perante “o risco de ver se reproduzirem as estruturas opressivas e sua interiorização” (Frantz Fanon “Écrits sur l’alienation et

la liberté, textes reunis para Jean Khalifa e Robert Young”, La Decouverte, Paris 2016). Por outro lado, frases importantes (e muito citadas) sinalizaram suas posições em termos não raciais, ao mesmo tempo que construía pensamento radical oposto a todas as formulações prontas para recuperação pelo neocolonialismo, ponto comum com Adotevi.

Já na segunda década deste século, perante a crescente racialização como critério principal de vários segmentos politico-sociais, foi, em boa medida com base em constatações fanonianas, que assinamos uma pequena carta, num total de vinte pessoas de todos os países de língua nacional ou oficial portuguesa (“Combater o racismo no mundo”, 25 de maio 2022), chamando atenção para a urgência de combater o racismo e as “cartadas” que o vão compondo. Algumas pessoas perguntaram qual era o nosso propósito, atônitas (ou indignadas) com o conceito de não racial que, muitas delas, simplesmente ignoravam.

O conceito tem raízes na famosa Carta da Liberdade sul-africana, de 1955, assinada pela Aliança de Congressos, soma de movimentos políticos de todos os grupos raciais do país, cujo início proclamava “Nós, povo da África do Sul, declaramos para conhecimento de todo nosso país e o mundo que a África do Sul pertence a todos os que vivem nela, negros ou brancos (...) nós, povo da África do Sul, negros e brancos juntos – iguais, compatriotas e irmãos – adotamos esta Carta da Liberdade”.

O documento foi declarado subversivo e os movimentos que o assinaram ilegalizados pelo governo do apartheid. A repressão e projetos de autodefesa contra o racismo conduziram ao “Processo de Rivonia”, em 1962, onde foram condenados a prisão perpetua militantes de todas as raças, Nelson Mandela entre eles.

Com essa trajetória inicial, chegou à linguagem diplomática da então Organização de Unidade Africana (OUA), sendo objeto de artigos ou referências, valendo pela sua atualidade e profundidade o estudo publicado em 2012 por Raymond Suttner, de Joanesburgo, com o título de “Understanding non-racialism as an Emancipatory Concept in South Africa” (in “Journal of Social and Political Theory”, Berghahn Books, New York & Oxford)

Um editor-livreiro me assinalou, em 2023, que uma pessoa ao encomendar vários livros, se interessou pelo meu “E agora quem avança somos nós”. A primeira pergunta que fez foi qual era a minha “raça”. Na contracapa do livro está citação de um personagem mauritaniano para quem “raça é máscara”, frase de deixar alguns setores novamente atônitos. É apenas ampliação e adequação ao mundo atual do título de Fanon, alerta para não deixarmos mascarar a urgência dos direitos humanos, incluindo os direitos econômicos e sociais.

A África construída pelo cinema

As visões da África criadas por Hollywood têm evoluído consoante as forças presentes no mercado. Primeiro lançaram as imagens dum tal Tarzan em paisagens exuberantes, nas quais a presença de negros era coisa rara. Depois introduziram a rainha Cleópatra representada por Elisabeth Taylor no meio de faustosos ambientes que desencadearam uma persistente busca por reis e rainhas no continente africano. Assim, até filmes interessantes tiveram títulos como “O último rei da Escócia” para abordar a ditadura de Idi Amin, no Uganda. “Hotel Ruanda” e “Diamantes de sangue” foram honrosas exceções holiudianas.

Há cerca de uma década, as grandes produtoras constataram o aumento das classes médias negras nas Américas e África, novo fator de mercado e obtiveram enormes sucessos, como “Pantera Negra” ou “Black is King” (Negro é Rei).

Este, desafia quem tenha lutado ou continue lutando contra as opressões e pobreza no continente africano, pois os protagonistas evoluem num ambiente de aurífera realeza e os títulos de rei e rainha são aplicações dos europeus às autoridades políticas que encontraram nos seus primeiros contatos com África subsaariana. Como demonstrou Patricio Batsikama num dos seus trabalhos sobre o Kongo (edição Mayamba, Luanda), o poder neste estado pré-colonial não

correspondia aos sistemas monárquicos indo-europeus.

Beyonce teria dito que pretendeu homenagear a cultura africana. Qual? Embora o continente não esteja culturalmente tão fragmentado como pretendem os identitários, não há uma cultura africana única, há pluralidade. A homenagem naqueles termos acaba por constituir mais um perfil deformado, baseado em conceitos, no mínimo, muito ultrapassados na África. Os debates ganhariam se conhecessem África desde os autores africanos independentes e renovadores em economia e instituições, à produção artística do continente, até às formulações culturais mais recentes, já aqui mencionadas.

Estas novas formulações repercutem no dia a dia africano, implícita ou explicitamente. Por exemplo, caminhando numa rua de Durban (África do Sul) deparei-me com outdoor sobre um órgão de comunicação assinalando “esta é uma rádio com afritude”.

Nos debates sobre o “Black is King”, há quem apresente o ouro da Antiguidade Oeste Africana como se África fosse toda dourada, acrescentando outros erros sobre o peso de fortunas antigas ou árvores genealógicas, neste pormenor revelando ignorância em relação às rotas da escravatura transatlântica. Errariam menos se tivessem lido “Aux Portes de l’Or” de Abdoulaye Bathily, historiador e diplomata senegalês, grande companheiro durante o período em que Dakar era uma das nossas

bases de retaguarda durante a luta pela independência dos atuais Palop.

Estes problemas são tradutores dos estereótipos criados em torno da África e do desconhecimento de sua realidade, pois a maior parte dos debatedores ou debatedoras à volta de “Black is King” nunca estiveram na África ou estiveram em confortáveis viagens turísticas.

A maioria de quem já viu o filme (ou álbum visual) considera-o uma maravilha do ponto de vista estético e simbólico, basta ser trabalho de Beyoncé cujo talento tem um vasto reconhecimento. Pessoalmente aprecio mais o trabalho da irmã dela, Solange, até porque filmou o seu excelente clip “Losing you” em Soweto, esse grande símbolo de luta afro-austral, mostrando-o tal como é até hoje.

Não sei se há entre esses debatedores ou debatedoras quem receba pagamentos por marketing da produtora ou, ao contrário, por produtoras despeitadas face ao sucesso esperado do filme. Para quem estiver de boa fé na discussão, sublinhemos a existência de cinema africano com qualidade, apesar das monstruosas dificuldades de financiamento. O ouro mencionado de forma tão absurda não chegou a nenhum desses realizadores mas, ainda assim, mostram imagens reais das vidas africanas e dos combates pelo reconhecimento de sua importância. Uma boa ideia de conjunto pode ser obtida consultando algumas das obras exibidas no tradicional Festival Panafricano de Cinema (Fespaco) de Ouagadougou .

Junto com os filmes, decorrem no Fespaco debates entre pessoas conhecedoras do continente. Em um deles, já faz algum tempo, cineastas situados na linha da Democracia Não Racial – palavra de ordem maior nos processos de libertação - definiram a cor da África como verde e, perante interrogações de jornalista europeia, propuseram que se olhasse a paisagem através da janela aberta. Se Desmond Tutu lá estivesse diria que é arco-íris.

Também não sei se nesse ano Ousmane Sembene estava em Ouagá, mas sei que é um dos maiores senão o maior cineasta africano, falecido em 2007. Começou com o curta “Borom Sarrete”, retrato rápido da vida dum transportador pobre em Dakar na década de 1960 e, em 2004, apresentou seu último filme, “Moolaadé”, sobre as mutilações genitais femininas, cuja atriz principal, Fatouma Coulibaly, foi ela própria vítima dessa prática. Em entrevista então concedida em Cannes, Sembéne anunciou ter pronto o roteiro do filme seguinte, focado no enriquecimento ilícito, mas a morte não permitiu.

Seria importante encontrar um diretor para realizar esse filme que ele deixou preparado, bem como os meios necessários. Hollywood e certas pessoas que discursam sobre África não devem ter interesse. Em função do tema, Sembéne intitulou o filme de “Confraria dos ratos”.

Mudam as “raças” não muda o racismo

Levantamento por entrevista realizada nos passados dias 8 e 9 [de setembro 2022] pela Datafolha sobre repartição racial das intenções de voto, revela que 42% do eleitorado se declara “pardo”, 34% branco e 15% preto. A estatística oficial brasileira, além de chamar “pardos” aos mestiços – sejam de origem branco-negro, povos originais-branco, povos originais-negro – chama de “amarelas” as pessoas de origem oriental. Num país em que a determinação de “raça” é feita por auto-declaração, as palavras “pardos” e “amarelos” há muito deviam ter desaparecido desse vocabulário estatístico.

A autodeclaração foi uma importante precaução do legislador contra classificações raciais feitas pelo Estado, como ocorria na África do Sul do apartheid e como, aliás, ocorre ainda em alguns outros países. Porém, ela tem sido aproveitada para várias mudanças nas declarações, muitas vezes por motivos oportunistas. Por exemplo, brancos ou brancas que se declararam “pardos” para entrarem nas universidades através das políticas de cotas raciais, fraude contra uma medida que visa precisamente corrigir as desigualdades nesse acesso.

Nem sempre as mudanças na declaração têm tais características. Muitas pessoas, simplesmente constataram que – elas próprias ou seus pais - faziam declaração errada em virtude das “configurações de

embaquecimento”, muito marcantes no Brasil, pelo menos até há pouco.

Já tive ocasião de definir o racismo como principal problema do Brasil num trabalho sobre imposturas identitárias, em virtude de constituir elemento decisivo em dois planos centrais: por um lado, a formatação do poder e, por outro, a diminuição das oportunidades da maior parte da população. As “configurações do embaquecimento” são hoje condenadas por qualquer discurso, mesmo dos mais conservadores, mas na prática a herança histórica está quase inalterada.

Por exemplo, todas as candidaturas presidenciais de partidos com assento parlamentar são compostas por pessoas brancas, sem exceção. Não só os candidatos ou candidatas, mas até seus estados-maiores.

Nas candidaturas a Governadores ou Senadores notam-se algumas exceções, em parte por pessoas que mudaram a sua auto-declaração racial. A nível de Deputados federais e estaduais o número de candidatos “pretos” ou “pardos” aumentou, mas órgãos de mídia publicam com frequência mudanças de pessoas anteriormente “brancas” que passaram sobretudo a “pardas”, numa movimentação eleitoral com forte cheiro oportunista. Uma muito notada lista recente assinalava (com fotografias) 42 casos de personalidades com relevo nos seus Estados.

A pesquisa da Datafolha reflete outra alteração de impacto. As auto-declarações dos entrevistados não corresponde aos mesmos percentuais do Censo

populacional. Comparando, há uma grande diminuição do número de “brancos”, ligeira baixa no de “pardos” e subida no de “pretos”. Na estatística oficial, os “negros” correspondem à soma de “pardos e “pretos”, portanto, 55% da população (46% declarados pardos e 9% declarados pretos, aproximadamente), enquanto este levantamento da Datafolha tem mais 2%. Já os declarados brancos desceriam de cerca de 42% no Censo para os 34% mencionados.

Sobre aquela soma, aparecem semelhanças de método com as teorias assimilacionistas de dois colonialismos na África e, ao mesmo tempo, erros nas regras estatísticas:

- os cidadãos mestiços que se consideram negros ou brancos, (em função dos antepassados que julgam mais determinantes), já se inseriram nesses grupos; a mestiçagem de pessoas dos povos originais com pessoas brancas, não parece produzir pessoas negras, não sendo justo – nem antirracista – subestimar essas pessoas.

A pesquisa não refere intenções de voto dos classificados como “amarelos e indígenas”, em virtude de assinalar fraca a sua presença na base de dados. Nos Censos populacionais constituem um pouco acima de 1%. A soma dos entrevistados pela Datafolha dá um total de 91%, número que, adicionando esse 1%, deixaria uma “ausência” de 8%.

De forma preliminar constatamos, se os dados da Datafolha forem realmente representativos, três

fenómenos simultâneos: mudanças importantes nas autodeclarações raciais; crescimento da população mestiça, por reprodução das famílias que a compõem ou por novos encontros entre pessoas de vários grupos raciais; aumento das pessoas que não se racializam, fator que nas nossas observações está efetivamente em alta no Brasil.

Assim, temos um quadro onde progride o confronto entre o antigo e hoje superado conceito norte-americano de dicotomia racial (com “genocídio estatístico” dos mestiços) e o conceito de não- racial.

Raça sexo e cultura nos conflitos coloniais

Ótima e oportuna tradução para português do livro de Anne McClintock - “COURO IMPERIAL- raça, gênero e sexualidade no embate colonial” (Editora da Universidade de Campinas - Unicamp - Campinas - 2010), cujo sucesso em inglês o situou no centro de vários debates desde Joanesburgo a Nova Iorque e Londres.

Nascida em 1954 na então Rodésia do Sul, hoje Zimbabwe, Anne McClintock foi ainda criança para a África do Sul onde mais tarde marcou presença em grandes e pequenas campanhas anti-apartheid. Estudou em Londres e nos Estados Unidos, centrando-se em dois grandes eixos de pesquisa e docência: a relação colonial em/com África e a relação entre raça, sexo e classe.

Passou pela Columbia mas fixou-se no campus de Madison, da Universidade de Winconsin. É também autora de diversos artigos no “Critical Inquiry”, “Social Text”, “Transitions” ou em jornais como “Village Voice” e “New York Times”. “Couro Imperial” reflete sua trajetória, bem explícita no sub-título. A expressão em inglês “in the colonial context” foi radicalizada na edição da Universidade de Unicamp para “no embate colonial”.

Isso não incomoda a autora, que trabalha com conceitos

radicais e aborda o tema de forma subversiva, incomodando alguns grandes defensores da “linguagem acadêmica”, referida no singular característico do conservadorismo metodológico.

Assim, ela não hesita em iniciar suas demonstrações pelo mapa de “As Minas do Rei Salomão”, assinalando-o como um corpo feminino invertido, onde os localizadores decisivos estão nos seios, umbigo e monte púbico da mulher. E diz: “no mapa, os genitais femininos são chamados de Três Bruxas. Se as Três Bruxas assinalam a presença de forças femininas alternativas e de noções africanas de alternativas de tempo e conhecimento, Haggard” usa violentamente a poderosa figura da mãe na narrativa, mas também coloca “ao lado das Três Bruxas no mapa os quatro pontos cardeais: ícone da ‘razão’ ocidental, da agressão técnica do ocidente e da posse masculina e militarizada da terra.”

Ao longo de todo o livro, a autora trabalha gênero, raça e classe, como categorias articuladas, voltando-se contra o que designa por “cilada do pós colonial”, levando o debate para a pluralidade de situações. Ter sido colônia não é perfil sócio-econômico suficientemente comum e, como ela escreve, Argentina e Hong Kong, Brasil ou Zimbábwe não são pós coloniais da mesma forma.

Na componente gênero, Anne Mc Clintock assinala que “as mulheres colonizadas, antes da intrusão do domínio imperial, eram invariavelmente prejudicadas dentro de

suas sociedades, em maneiras que davam ao reordenamento colonial de seu trabalho sexual e econômico, resultados muito diferentes dos que obtinham os homens colonizados”.

E “os privilégios de raça com frequência colocavam as mulheres brancas em posição de poder - ainda que emprestado - não só sobre as mulheres colonizadas, mas também sobre os homens colonizados. Como tais, as mulheres brancas não eram as infelizes passantes do império, mas as cúmplices ambíguas, tanto como colonizadoras quanto como colonizadas, privilegiadas e restringidas, fossem passivas ou ativas”.

As categorias articuladas aparecem assim sem traços puros ou virginais, cada uma delas inserida na articulação construtora do contexto colonial (ou do embate colonial?)

Sobre essas bases, constrói um texto denso, útil para quem gosta de batalhas definidoras e não de confortáveis construções curriculares dentro da linguagem única, tradutora de pensamento único.

Assim na Parte 1 - O Império do Lar - faz-nos passar pelas genealogias do imperialismo, pela raça, culto da domesticidade e pelo fetichismo feminino.

Na Parte 2 - Enganos Mútuos - aborda o racismo mercantil, a propaganda colonial, a reinvenção do patriarcado e os limites do feminismo colonial. Por

vezes, com imagens deliciosas como “o império do sabonete”.

Na Parte 3, Anne Mc Clintock propõe o “desmantelamento da casa do senhor”, referindo “o escândalo da hibridez”, através da resistência das negras, da “resistência cultural nas décadas desesperadas” e o “adeus ao paraíso futuro”, onde olha nacionalismo, gênero e raça.

Elementos importantes da História da África do Sul atravessam o livro quase todo e, entre as figuras mais citadas, surge o nome de Olive Schreiner, “nascida em 1855 de pais missionários num canto obscuro da África do Sul” que se consagrou “a uma recusa do império e de Deus...Aos 8 anos, mostrou os punhos aos céus e renegou a igreja”.

Para Anne Mc Clintock, Olive é mais que referência ou objeto de pesquisa. É personagem central, aliás, motivo para reflexão de outras sul-africanas ilustres como Ruth First e Nadine Gordimer. “Ainda que filha do império, devotou a vida a lutar pelos despossuídos, estimulando os bôeres contra os britânicos durante a Guerra dos Bôeres (1899-1902) e os africanos contra ambos”. Um sub-capítulo lhe é dedicado, mas sem bater palmas exageradas. Os limites do feminismo colonial são sublinhados por Anne a propósito de Olive.

Na conclusão, deixa-nos uma observação que vale tanto nos debates sobre os continentes que passaram pelo

colonialismo, como do método de estudo em si: “há certa urgência na necessidade de teorias inovadoras da história e da memória popular, particularmente da memória da mídia. Perguntar-se que termo *único* poderia adequadamente substituir “pós-colonialismo”, por exemplo, coloca a questão de repensar a situação global como uma *multiplicidade* de poderes e histórias, que não podem ser obedientemente agrupadas sob a bandeira de um único termo teórico, seja feminismo, marxismo ou pós-colonialismo”.

O fator América Latina e Caribe

A entrevista do Ministro português dos Negócios Estrangeiros ao DN desta quinta-feira [esta anotação é de 29.12.2022 atualizada em março 2024] deu algum relevo a uma área de relações internacionais há longos anos ocultada por outras agendas mundiais, a não ser nos Estados Unidos, devido à proximidade geográfica e às avalanches migratórias: América Latina e Caribe.

Em relação à Europa, tudo se passa como se houvesse preocupação de confidencialidade ou, mais provável, ninguém sabe o que fazer ou por onde começar. É possível que as declarações do ministro constituam uma nova vontade política em função da atualidade.

A busca na América Latina e Caribe por reforço da laços com a Europa tem a ver com a urgência na diversificação de parceiros de grande dimensão, a dualidade Estados Unidos-China não constitui verdadeira diversificação. É bipolaridade também muito limitativa.

No plano econômico, há décadas que se debate um acordo entre o Mercosul e a União Europeia, onde entraves aparecem sempre que se está perto de aproximação. Na maior parte do tempo, certas doses de protecionismo europeu e, mais recentemente, a forte oposição entre França e Brasil, explicada oficialmente, em Paris, por divergências em matéria ambiental.

Na verdade, os entraves parecem decorrer da competitividade que, eventualmente, América do Sul

possa apresentar, sobretudo para agricultores franceses.

Num quadro mundial marcado pela inflação, onde a parcela agro-alimentar tem um enorme peso, economias como a brasileira e a argentina têm uma importante capacidade de resposta, sendo mesmo indispensáveis a qualquer estratégia global de combate simultâneo à fome e ao encarecimento dos produtos de alto consumo. Por outro lado, para o Mercosul, além da abertura de mercados, elemento central situa-se na faixa do investimento, dado o déficit de capital em todos os seus Estados membros. No fundo são duas faces da mesma moeda.

O Mercosul é só um exemplo pela sua dimensão. Naturalmente que um acordo desta entidade com a União Europeia abriria espaço para outras áreas do sub-continente em termos multilaterais. Neste ponto, o Caribe repercute para além dos seus limites, com a possível reativação do grupo ACP (África, Caribe e Pacífico).

A economia não é ponto único. A segurança no Atlântico Sul, Pacífico Ocidental e Caribe volta a colocar-se com urgência, exigindo atitude que evite a improvisação de decisões em cima de algum acontecimento brusco. Qualquer destas áreas marítimas e suas margens são altamente vulneráveis a prolongamento de crises em outras partes do mundo e, pelo menos, o Caribe e o Atlântico Sul constituem duas superfícies com exploração de recursos energéticos, outra parcela

central não apenas na inflação generalizada, mas também nas guerras econômicas em curso.

Na América do Sul, assistimos a modernização acelerada das forças armadas com muito relevo para a aeronáutica de combate, visível nas aquisições de aviões Saab-Gripen pelo Brasil e Rafale pela Colômbia, esta, aliás, com acordos especiais com a OTAN, não anulados pelo governo de Gustavo Petro, o primeiro de esquerda em toda a História colombiana.

Há um vasto leque de outros assuntos a mencionar mas, no imediato, é prioritário sublinhar três: transferência de tecnologia para energias renováveis; política sobre mudanças climáticas onde a gigante Amazônia é incontornável; direitos humanos e migrações, temas interligados sobre a natureza de alguns governos, a forma como esses governos tratam sua própria população e porque as grandes migrações dependem sempre dos níveis de desenvolvimento e dos termos internacionais de troca que lhes estão ligados. Atualmente, esses termos podem até piorar com a perda de velocidade da Organização Mundial do Comércio.

Assim, uma nova gestão deste relacionamento preencheria diversos vazios e lançava um novo dado na atual conjuntura, que vai prolongar-se até que um dia haja redefinição de poderes, seja sobre os princípios reguladores ou sobre os espaços.

Ultra direita como forma de protesto?

É explicação que se ouve por todo o lado quando esta força política avança. Ok. Mas porque tanta gente escolhe apoiar a ultra direita para manifestar seu protesto? Tem sempre outras opções. Ninguém obriga a escolher essa.

Países com fortes marcas de autoritarismo em sua História ou, ainda pior, noções de superioridade ou diferencialismo resultantes dos expansionismos, fornecem mais condições ao revivalismo dos cultos à personalidade e poderes totais.

O avanço da ultra direita é, neste momento, mundial.

Ela dirige governos da Itália, Hungria, Argentina, Israel, Myanmar, vários governos Africanos e Árabes. Participa fortemente nos governos da Índia, Rússia, Ucrânia, outros Africanos e Árabes (neste caso incluindo o território de Gaza, governado pelo Hamas).

Têm alta influencia em governos escandinavos e no parlamento português. Pode chegar ao poder na França e voltar nos Estados Unidos e Brasil. Seguramente esqueci alguns.

No caso de Israel e Hamas, a base do discurso é o nacionalismo religioso. Nos USA e Europa Ocidental é anti-imigração. Na África, assenta nos senhores da guerra (incluindo as vagas de golpes de estado) e no identitarismo étnico-racial. Na América Latina,

atualizações do caudilhismo por vezes misturadas com fundamentalismo religioso.

Escrevo sem pretensão de dar novidades. No campo das Campanhas pelos direitos humanos, este quadro e o que vem pela frente, está entendido faz tempo.

Ameaças sobre a Amazônia

Em bases naturais, a Amazônia é o maior complexo florestal e hídrico do planeta, motivo pelo qual sofre intensas e constantes pressões, internas e externas. Grupos de pressão internacionais chegaram ao extremo de propor sua internacionalização, ou seja, limitar ou anular as soberanias nacionais amazônicas. Se este absurdo está circunscrito a “balões de ensaio”, há evidentes pressões políticas com responsabilidade internacional.

As mais fortes destas, vêm dos Estados Unidos e países da Europa, em dois sentidos.

O primeiro, resulta da presença nesses países de migrantes sul-americanos indesejados por boa parte dos locais, embora essa presença seja indispensável a suas economias, por exemplo, em virtude de natalidade negativa na Europa. A discriminação contra sul-americanos inclui países europeus que exerceram poder político neste continente e tiveram (ou têm) fluxos emigratórios para aqui. Criticar ou fazer observações estereotipadas sobre o conjunto amazônico é, com frequência, complemento dessa rejeição.

O segundo, vem de poderes políticos que jogam com a popularidade e inquietação sobre as agendas ambientais para manterem outras agendas. Assim, fazem exigências de proteção ecológica e climática reveladoras de complexo de superioridade em matéria de gestão desses dois eixos capitais, apesar de terem

uma História recente de destruição florestal e alta poluição do planeta.

Os indesejados não são só os migrantes, mas também os produtos competitivos das indústrias e agriculturas sul-americanas.

Politicamente, a Amazônia compreende nove países de grande potencial e um território francês onde se situa a base aeroespacial de Kourou.

A nível interno as pressões não são menores.

No Brasil – que tem na Amazônia legal mais de 50% do seu território – prossegue o debate em torno da autorização pelo governo à pesquisa petrolífera nas proximidades do litoral, com fortes argumentos de ambos os lados. Debate que só terá solução quando o padrão energético mudar, quer dizer, quando novas ou renováveis energias forem mais abordáveis financeiramente à grande escala.

Apesar de sucessivas ações policiais e até militares, persistem, em vários dos nove países, ameaçadoras atividades de garimpo mineral, tráfico de drogas e desmatamentos ilegais.

Recorrendo a exemplo de apenas três dias, segundo a Prefeitura de Manaus, no dia 11 de outubro de 2023 “a fumaça que voltou a encobrir a capital amazonense (...) tem origem nos municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), de acordo com dados do programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)”, que nos dois dias precedentes

assinalou 504 focos de queimadas no total do Estado do Amazonas.

Outra agressão é de origem natural. A seca que também se manifesta por vezes mesmo em ambiente amazônico. Os dois formadores do Amazonas – rios Negro e Solimões – o próprio rio Amazonas e o rio Madeira, atingiram, naquele mesmo mês, níveis baixos record, a ponto de trechos do rio Negro terem ficado sem água e outros, junto com o Solimões, com apenas alguns centímetros de profundidade. O efeito sobre poços artesianos foi devastador para as comunidades locais.

Este fenômeno não é novo, é mesmo histórico pois a grande descida nas águas do rio Negro pôs a descoberto pinturas rupestres milenares. Porém, hoje existem métodos para lhe reduzir os efeitos, o primeiro dos quais é não desmatar. A vegetação das margens em grandes extensões tornou-se pouco protetora.

Menos mal, a profundidade no porto de Manaus estava na ordem dos 13 metros, permitindo acostagem de cargueiros de tipo clássico com 10 metros de calado e, no final do primeiro trimestre a situação hídrica geral melhorou bastante. Falta, agora, recuperar dos efeitos da seca, que nunca terminam instantaneamente.

Resistir a esta soma de ameaças não é missão fácil. Sem bom desempenho na totalidade da Amazônia nenhum programa mundial climático é possível e, no conjunto da região, vivem milhões de pessoas. Pobres em maioria, constituindo o centro dos problemas amazônicos.

O discurso ambientalista socialmente insensível é discurso turístico. Larga faixa de suas propostas em “manter o tipo de vida tradicional das populações” vão no sentido de perpetuar a pobreza. As populações em questão reivindicam escolas para acesso ao trabalho justamente remunerado, habitação humana decente e saúde.

Algumas situações extremas alvejando os povos originais ou os povos da floresta em geral, são, por vezes, assinaladas como se fossem excepcionais. Na verdade, são situações constantes. Assassinatos ou intimidações decorrentes de empreendimentos ilegais ou prejudiciais, subnutrição e doenças, fazem parte do dia a dia amazônico. A pobreza, aliás, não é exclusiva da floresta propriamente dita, está também nas suas zonas urbanas, daí resultando o Norte do Brasil apresentar os piores indicadores socioeconômicos do país.

Aqui, a mentalidade de Campanha com muita determinação e lucidez, faz todo o sentido. Vamos ouvir com cortesia os discursos emitidos por agrupamentos de ricos que, afinal pretendem demonstrar superioridade civilizacional ou protegerem seus mercados e força eleitoral. Enquanto isso, vamos lidar com duas vertentes:

- continuaremos com grandes queimadas naturais, acidentais ou intencionais, até que a inovação tecnológica nos forneça mais ferramentas preventivas na matéria. Como acontece com as grandes queimadas de verão na Europa, Austrália e EUA (sobretudo Califórnia). Porém, já possuímos meios e pessoal de

rastreamento com capacidade de enfrentar o fogo posto.

- o valor desta tarefa ficará inútil se não se implementar uma política de aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia, como base para corrigir os crimes da História colonial e pós colonial contra os povos originais e as demais desigualdades que, nesta região, correspondem às desigualdades nacionais.

Brasil é um país com inovação muito abaixo do seu potencial

O Brasil está na 49ª posição do Índice Global de Inovação (IGI) 2023, no total de 132 países mencionados, avançou cinco lugares em relação à classificação do ano anterior. Porém, continua muito abaixo do seu potencial, desincronizado do PIB - nono mundial – em comparação com os modestos 70º/80º no Índice de Desenvolvimento Humano e do mencionado 49º no IGI.

Portanto, economia de grande dimensão com enormes desigualdades e fraca utilização de seus recursos científicos, tecnológicos e de iniciativas.

No IGI 2023, o Brasil obtém 33,6 pontos, metade dos alcançados pela primeira classificada, Suíça, revelando a distância do topo. Na tabela geral, o país fica atrás de alguns pequenos países europeus, da Turquia, Índia, Tailândia, Vietnã e Arábia Saudita, enquanto a China se situa no 12º lugar.

É primeiro na América Latina, região de fraca inovação geral, estando um pouco na frente da Rússia e África do Sul, países que, neste momento, não são termo de comparação elogioso na matéria.

Assim, os centros brasileiros de alta tecnologia não geram efeitos ampliados. Entre eles citamos, duas bases de exploração espacial, um conjunto de energia nuclear (pesquisa e produção), construção aeronáutica, entrada da indústria automobilística na

fase do elétrico, dois grandes hospitais entre os melhores do mundo, duas unidades de pesquisa e produção em biomedicina, uma de pesquisas espaciais e outra de pesquisa e consultoria em agropecuária.

Neste caso, a importância é acrescida em virtude do impacto econômico do agroindustrial, garante de considerável nível de segurança alimentar interna, sendo o Brasil maior exportador mundial de alimentos em volume. Apesar disso, o país funciona em déficit de fertilizantes, causador de dependência externa num ramo vital. Qualquer crise mundial que afete os produtores ou o transporte internacional, atinge uma de nossas atividades centrais.

No âmbito da biomedicina, além dos referidos centros de excelência, as maiores farmacêuticas do mundo estão presentes no país com elevado grau de oferta, considerando a dimensão do mercado interno. No entanto, uma dependência grave subsiste em vários inputs importados, por exemplo, para produção local de vacinas.

Olhando, mesmo rapidamente, para a grande base atual de mudança nos padrões tecnológicos gerais – os semicondutores – vemos situação ainda pior. A produção é mínima perante a demanda e a transmissão de conhecimentos sobre avanços mundiais fica limitada a pequenos enclaves tecno-científicos, com escassa repercussão nos centros de decisão ou investimento.

São três exemplos causadores de atraso perante eixos estratégicos de desenvolvimento e redução das dependências.

